

PREGÃO ELETRÔNICO SRP

90108/2026.

CONTRATANTE (UASG)

130058

OBJETO

Aquisição de "Vidrarias e Porcelanas", vinculada às compras unificadas da Rede LFDA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.191.912,42 (três milhões, cento e noventa e um mil novecentos e doze reais e quarenta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/05/2026 às 09h30m (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado.

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/ EQUIPARADAS

Sim.

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

SEÇÃO I – DO OBJETO.....	3
SEÇÃO II – DO REGISTRO DE PREÇOS	3
SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
SEÇÃO IV – DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
SEÇÃO V – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
SEÇÃO VI – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
SEÇÃO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:.....	8
SEÇÃO VIII – DA FASE DE JULGAMENTO	11
SEÇÃO IX – DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
SEÇÃO X – DO TERMO DE CONTRATO	14
SEÇÃO XI – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	15
SEÇÃO XII – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	16
SEÇÃO XIII – DOS RECURSOS.....	16
SEÇÃO XIV – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
SEÇÃO XV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
SEÇÃO XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	22
APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	88
ANEXO II - MINUTA TERMO DE CONTRATO – COMPRA	108
ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	116
ANEXO IV – CADASTRO RESERVA	122
ANEXO V - REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO	123
ANEXO VI – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA	126
ANEXO VII – DECLARAÇÃO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E/OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS (CTF/APP) – IBAMA	127



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90108/2026

LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA - LFDA/MG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21181.001422/2025-58

COMPRA SRP - AMPLA PARTICIPAÇÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados que o(a) Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA/MG, por meio do Setor de Compras, sediado à Av. Rômulo Joviano, s/nº, bairro Olaria, na cidade de Pedro Leopoldo/MG, CEP 33.250-220, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento Menor Preço, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. SEÇÃO I – DO OBJETO:

- 1.1. O objetivo da presente licitação é **aquisição de "Vidrarias e Porcelanas", vinculada às compras unificadas da Rede LFDA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

2. SEÇÃO II – DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. A participação neste certame é ampla concorrência.
- 3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 3.8. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.8.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.10. O impedimento de que trata o item 3.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.4 e 3.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de

agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.8.4 e 3.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. SEÇÃO IV - DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. SEÇÃO V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às

sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. SEÇÃO VI – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar a requisição mínima;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.2.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.2.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva

responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.2.5. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.8. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. SEÇÃO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01%**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto e fechado**.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo
- 1.1.1 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.
- 7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de

pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por

órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. SEÇÃO VIII – DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9. SEÇÃO IX – DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. **A avaliação prévia do local, poderá ser realizada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.**

9.9.1. **O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do telefone 31.3660.9600 ramal 671 ou e-mail: dlab.lfda-mg@agro.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.**

9.9.2. **A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes da contratação, devendo o contratado assumir os ônus das contratações decorrentes.**

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2(duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2(duas) horas**, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. SEÇÃO X - DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. SEÇÃO XI – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro

de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11.9. A Administração poderá solicitar à licitante vencedora que efetue cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI através do link: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços.

12. SEÇÃO XII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. SEÇÃO XIII - DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
 - 13.9.1. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

14. SEÇÃO XIV – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 14.1.6. fraudar a licitação;
 - 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e

contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. SEÇÃO XV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail sec.lfdamg@agro.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Rômulo Joviano s/n.º – Olaria - Pedro Leopoldo/MG - CEP 33.250-220 / Licitações.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. SEÇÃO XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Compras.gov.br - O maior site de compras públicas do Brasil — Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br).
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
 - 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato - Compra;
 - 16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 16.11.4. Anexo IV – Cadastro Reserva;
 - 16.11.5. Anexo V – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;
 - 16.11.6. Anexo VI – Termo de Ciência e concordância;
 - 16.11.7. Anexo VII – Declaração Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de recursos Ambientais (CTF/APP) - IBAMA.

Pedro Leopoldo, 14 de abril de 2026.

Vanessa Kalline de Arruda Santos Fonseca
Chefe do Serviço de Compras
SEC/DIAD/LFDA/MG
Portaria nº. 1.427 - DOU 03/11/2025



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA KALLINE DE ARRUDA SANTOS FONSECA**, **Chefe de Serviço**, em 15/04/2026, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **51776111** e o código CRC **8B857345**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Edital- Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025

Referência: Processo nº 21181.001422/2025-58

SEI nº 51776111

LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	130058-LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA	THAMIRYS BARBARA GONCALVES RIBEIRO	14/04/2026 11:18 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	108/2026	21181.001422/2025-58

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de "Vidrias e Porcelanas", vinculada às compras unificadas da Rede LFDA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ATENTAR PARA AS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM, UMA VEZ QUE O CADASTRAMENTO NO SISTEMA SIASG – COMPRASNET NÃO PERMITE, EM ALGUNS CASOS, DETALHAMENTO COMO APRESENTADO NESTE ANEXO. O ITEM PODE ESTAR RESUMIDO OU INCOMPLETO NA PUBLICAÇÃO DO SITE COMPRASNET, MAS O EDITAL É SOBERANO, VALENDO SEMPRE A DESCRIÇÃO DO MESMO.									
Item	Descrição	Solicitante	Catmat	Unid	Quant.	Requisição mínima	Requisição máxima	Valor unitário estimado	Valor total estimado
001	Bastão laboratório, material: vidro, dimensões: cerca de 5 x 200 mm	Lfda-go/ iqa-2 lfda-mg/ ust-36 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-rs/ iqa-20	453319	Unidade	78	1	78	R\$ 4,70	R\$ 366,60
002	Bastão laboratório, material: vidro, dimensões: cerca de 5 x 300 mm	Lfda-go/ fcs-10 lfda-go/ iqa-2 lfda-mg/ iqa-30 lfda-mg/ ust-36 lfda-pe/	409529	Unidade	110	1	110	R\$ 1,86	R\$ 204,60

		fcs-12 lfda-pe/ iqa-bev-20							
003	Frasco laboratório, material: plástico, capacidade:0,3 ml, graduação:graduado, tipo boca: boca rosqueada, adicional:c / afunilamento interno. Características complementares: altura de 32 mm, largura de 11,6 mm, compatível com amostrador agilent 1200 series. Referência: supelco, su861132.	Lfda-rs/ rca-20000	426056	Unidade / frasco	20000	100	20000	R\$ 1,21	R\$ 24.200,00
004	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade: cerca de 10 ml, tipo boca: para injetáveis. Características complementares: frasco penicilina injetáveis de vidro neutro.	Lfda-pe/ mic-1000 lfda-sp/ mic-2000	411617	Unidade / frasco	3000	1000	3000	R\$ 1,52	R\$ 4.560,00
005	Frasco laboratório, material: vidro âmbar, capacidade: 2 ml, graduação: graduado, tipo tampa: tampa rosqueável, acessórios: com septo em ptfe/ silicone.	Lfda-mg/ rca-2000 lfda-sp/ iqa-beb- 1000	437608	Unidade / frasco	3000	1	3000	R\$ 1,14	R\$ 3.420,00
006	Frasco laboratório, material: vidro âmbar, capacidade: 20 ml, tipo reagente, tipo boca: boca estreita, tipo tampa: tampa rosqueável, acessórios: com batoque para vedação.	Lfda-pe/ iqa-bev-20	420414	Unidade / frasco	20	1	20	R\$ 3,12	R\$ 62,40
007	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade: 2 ml, tipo boca: boca larga, tipo tampa: tampa rosqueável com vedação, acessórios:com septo silicone. Características complementares: altura de 32 mm, largura de 12 mm, com tampa vazada de rosca em pp de fechamento hermético, com septo (silicone/ ptfe). Compatível com amostrador agilent 1200 series. Referência: agilent 5190-2278.	Lfda-go/ iqa-100 lfda-go/ rca-12000 lfda-mg/ iqa-20 lfda-mg/ rca-9000 lfda-pe/ iqa-poa- 1500 lfda-rs/ iqa- 50 lfda-rs/ rca- 360000 lfda-sp/ iqa-poa- 5000 lfda-sp/ rca-30000	411147	Unidade / frasco	417670	100	417670	R\$ 1,39	R\$ 580.561,30
008			456564		1000	100	1000	R\$ 2,87	

	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade:2 ml, tipo tampa:tampa rosqueável com vedação, acessórios:com septo silicone. Características complementares: altura de 32 mm, largura de 12 mm, com tampa rosqueável em pp de fechamento hermético, com septo (silicone/ ptfe), fundo chato, com certificado lcms. Compatível com sistema hplc waters alliance. Referência: waters, 600000751cv.	Lfda-sp/ iqa-beb-1000		Unidade / frasco					R\$ 2.870,00
009	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade:4 ml, tipo boca:boca larga, tipo tampa: tampa rosqueável com vedação, acessórios:com septo silicone. Características complementares: altura de 45 mm, largura de 15 mm, com tampa vazada de rosca em pp de fechamento hermético, com septo (silicone/ ptfe). Referência: agilent 5183-4311.	Lfda-mg/ rca-50 lfda-pe/ mic-60 lfda-sp/ iqa-beb-30	412927	Unidade / frasco	140	30	140	R\$ 3,53	R\$ 494,20
010	Frasco laboratório, material: vidro âmbar, capacidade: 250ml, tipo boca: boca estreita, tipo: reagente, tipo tampa: rolha de vidro característica complementar: resistente à autoclavagem.	Lfda-go/ laso-8 lfda-go/ mic-8 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-rs/ mic-20	409422	Unidade / frasco	56	1	56	R\$ 27,19	R\$ 1.522,64
011	Frasco laboratório, material: vidro âmbar, capacidade: 500 ml, tipo boca: boca estreita, tipo tampa: rolha de vidro, tipo: reagente, característica complementar: resistente à autoclavagem.	Lfda-go/ laso-8 lfda-pe/ iqa-bev-20	409423	Unidade / frasco	28	1	28	R\$ 40,66	R\$ 1.138,48
012	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade: 1, 5 ml, graduação: graduado, tipo tampa: tampa rosqueável, acessórios: com septo em ptfe e silicone. Características complementares: frasco injetor automático de hplc, tipo vial, tamanho aprox. 12 x32 mm.	Lfda-go/ iqa-100 lfda-pe/ iqa-bev-2000	471223	Unidade / frasco	2100	100	2100	R\$ 1,20	R\$ 2.520,00
013	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade: 1000 ml, graduação: graduado, tipo boca: boca estreita, tipo tampa: tampa rosqueável. Características	Lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-rs/ iqa-	453925	Unidade / frasco	50	1	50	R\$ 58,41	R\$ 2.920,50

	complementares: frasco autoclavável.	20 lfda-rs/ mic-10							
014	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade: 1000 ml, graduação: graduado, tipo boca: boca larga, tipo tampa: tampa rosqueável com vedação, características complementares: dispositivo antigotas	Lfda-mg/ mic-30 lfda-mg/ rca-50 lfda-mg/ ust-96 lfda-pa/ dia-sorol- 10 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-pe/ mic-300 lfda-sp/ mic-70	419973	Unidade / frasco	576	1	576	R\$ 69,56	R\$ 40.066,56
015	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade: 500ml, graduação: graduado, tipo: reagente, tipo tampa: tampa rosqueável com vedação. Características complementares: com anel de vedação (anti gotas), tampa em polipropileno de alta resistência, rosca azul, autoclavável até 140°C, com septo de silicone, material: vidro borossilicato.	Lfda-mg/ mic-50 lfda-mg/ rca-50 lfda-pa/ dia-sorol- 10 lfda-pa/ mic-100 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-pe/ iqa-poa-10 lfda-pe/ mic-300 lfda-rs/ mic-300 lfda-sp/ iqa-poa-10	409444	Unidade / frasco	850	1	850	R\$ 46,04	R\$ 39.134,00
016	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade: cerca de 800 ml, tipo: kjeldahl	Lfda-go/ fcs-10 lfda-pe/ iqa-bev-30	441572	Unidade / frasco	40	1	40	R\$ 105,54	R\$ 4.221,60
017	Frasco laboratório, tipo: reagente, material: vidro âmbar, capacidade: 10 ml, tipo tampa: tampa rosqueável com vedação. Características adicionais: tampa rosqueável em ptfe com batoque para vedação.	Lfda-go/ rca-200 lfda-pe/ iqa-bev-50 lfda-rs/ iqa- 30	430096	Unidade / frasco	280	1	280	R\$ 3,04	R\$ 851,20
018	Gral, material: porcelana, capacidade: cerca de 600 ml, acessórios: com pistilo de porcelana	Lfda-mg/ iqa-3 lfda-sp/ fcs- 2	408960	Unidade	5	1	5	R\$ 87,46	R\$ 437,30
019	Seringa laboratório, tipo: para cromatografia gasosa, material:	Lfda-mg/ rca-4	470783	Unidade	4	1	4	R\$ 956,27	R\$ 3.825,08

	vidro, capacidade: 10 mcl, graduação: graduada, componentes: com agulha fixa, dimensões: cerca de 23-26s g x 50 mm. Aracterísticas complementares: para amostrador automático compatível com sistema gc-ms/ ms modelo 7890a, "blue line", ponta da agulha estilo cone. Referência agilent, g4513-80204 ou equivalente.								
020	Seringa laboratório, tipo: para cromatografia gasosa, material: vidro, capacidade: 10 mcl, graduação: graduada, componentes: com agulha fixa, dimensões: cerca de 26 g x 50 mm. Características complementares: compatível com amostrador automático aoc5000. Referência hamilton, modelo 701 fn ctc syr (6.6mm) c-line 26s-as, 203205 ou equivalente.	Lfda-mg/ iqa-4 lfda-pe/ iqa-bev-10 lfda-sp/ iqa-beb-5	441407	Unidade	19	1	19	R\$ 1.237,50	R\$ 23.512,50
021	Béquero, material: polimetilpentano, capacidade: 4 l, formato: forma baixa, graduação: graduado, adicional: com orla e bico.	Lfda-go/ iqa-1 lfda-pe/ iqa-poa-1	436539	Unidade	2	1	2	R\$ 110,70	R\$ 221,40
022	Béquero, material: polimetilpentano, capacidade: 5000 ml, formato: forma alta, graduação: graduado, adicional: com orla e bico.	Lfda-go/ fcs-3 lfda-go/ iqa-2 lfda-go/ laso-6 lfda-go/ mic-5 lfda-pa/ iqa-ala-3 lfda-pe/ fcs-6 lfda-pe/ iqa-poa-4 lfda-sp/ iqa-poa-5	427421	Unidade	34	1	34	R\$ 281,62	R\$ 9.575,08
023	Béquero, material: polipropileno, capacidade: 100 ml, formato: forma baixa, graduação: graduado, adicional: com orla e bico. Característica complementar: autoclavável a 121 °C, graduado em silk-screen, subdivisão da graduação de 10/ 10 ml.	Lfda-go/ iqa-15 lfda-sp/ iqa-poa-100	408289	Unidade	115	1	115	R\$ 4,27	R\$ 491,05
024			408286	Unidade	80	1	80	R\$ 13,43	

	Béquer, material: polipropileno, capacidade: 1000 ml, graduação: graduado, formato: forma baixa, adicional: com orla e bico. Características complementares: autoclavável a 121 °c, graduado em silk-screen, subdivisão da graduação de 100 ml em 100 ml.	Lfda-go/ laso-6 lfda-mg/ ust-24 lfda-pa/ mic-20 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-rs/ mic-10							R\$ 1.074,40
025	Béquer, material: polipropileno, capacidade: 150 ml, graduação: graduado, formato: forma baixa, adicional: com orla e bico. Características complementares: autoclavável a 121 °c, graduado em silk-screen, subdivisão da graduação de 10 em 10 ml.	Lfda-go/ iqa-15 lfda-mg/ iqa-30 lfda-pe/ fcs-50 lfda-rs/ iqa- 200	408290	Unidade	295	1	295	R\$ 5,03	R\$ 1.483,85
026	Béquer, material: polipropileno, capacidade: 2000 ml, formato: forma baixa, graduação: graduado, adicional: com orla e bico. Característica complementar: autoclavável a 121 °c, graduado em silk-screen, subdivisão da graduação de 50/ 50 ml.	Lfda-go/ fcs-3 lfda-go/ iqa-10 lfda-go/ laso-4 lfda-mg/ ust-24 lfda-pa/ dia-sorol-5 lfda-pa/ mic-30 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-pe/ iqa-poa-1 lfda-rs/ iqa- 5 lfda-rs/ mic-5	408287	Unidade	107	1	107	R\$ 19,74	R\$ 2.112,18
027	Béquer, material: polipropileno, capacidade: 250 ml, graduação: graduado, formato: forma baixa, adicional: com orla e bico. Características complementares: autoclavável a 121 °c, graduado em silk-screen, subdivisão da graduação de 50 em 50 ml.	Lfda-mg/ ust-60 lfda-pe/ fcs-50 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-rs/ iqa- 100	408284	Unidade	230	1	230	R\$ 7,70	R\$ 1.771,00
028	Béquer, material: polipropileno, capacidade: 50 ml, formato: forma baixa, graduação: graduado, adicional: com orla e bico. Característica complementar: autoclavável a 121 °c, graduado em silk-screen, subdivisão da graduação de 5/ 5 ml.	Lfda-go/ laso-10 lfda-pe/ fcs-50 lfda-rs/ iqa- 300 lfda-sp/ iqa-poa- 200	419773	Unidade	560	1	560	R\$ 3,84	R\$ 2.150,40

029	Béquer, material: polipropileno, graduação: graduado, capacidade: 400 ml, formato: forma baixa, adicional: com orla e bico. Características complementares: autoclavável a 121 °c, graduado em silk-screen, subdivisão da graduação de 100 ml em 100 ml.	Lfda-go/ fcs-5 lfda-mg/ ust-24 lfda-rs/ iqa-50 lfda-rs/ mic-4	411849	Unidade	83	1	83	R\$ 9,30	R\$ 771,90
030	Béquer, material: polipropileno, graduação: graduado, capacidade: 600 ml, formato: forma baixa, adicional: com orla e bico. Características complementares: autoclavável a 121 °c, graduado em silk-screen, subdivisão da graduação de 100 ml em 100 ml.	Lfda-mg/ ust-24 lfda-pa/ mic-20 lfda-rs/ iqa-30	408285	Unidade	74	1	74	R\$ 10,25	R\$ 758,50
031	Béquer, material: vidro, capacidade: 1000 ml, graduação: graduado, formato: forma baixa, adicional: com orla e bico. Características complementares: autoclavável a 121 °c, graduado em silk-screen, subdivisão da graduação de 100 ml em 100 ml.	Lfda-go/ iqa-2 lfda-mg/ iqa-5 lfda-mg/ rca-30 lfda-pa/ dia-sorol-5 lfda-pa/ mic-10 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-rs/ iqa-20 lfda-sp/ mic-15	408271	Unidade	107	1	107	R\$ 21,63	R\$ 2.314,41
032	Béquer, material: vidro, capacidade: 2000 ml, graduação: graduado, formato: forma baixa, adicional: com orla e bico. Características complementares: autoclavável a 121 °c, graduado em silk-screen, subdivisão da graduação de 200 ml em 200 ml.	Lfda-go/ fcs-2 lfda-go/ iqa-3 lfda-go/ mic-10 lfda-pe/ iqa-bev-10 lfda-pe/ mic-3 lfda-sp/ mag-8 lfda-sp/ mic-2 lfda-sp/ rca-2	408273	Unidade	40	1	40	R\$ 59,71	R\$ 2.388,40
033	Béquer, material: vidro, capacidade: 500 ml, graduação: graduado, formato: forma baixa, adicional: com orla e bico. Características complementares: autoclavável a 121 °c, graduado em silk-	Lfda-mg/ rca-50 lfda-pa/ dia-sorol-5 lfda-pa/ mic-10 lfda-pe/	408268	Unidade	105	1	105	R\$ 17,99	R\$ 1.888,95

	screen, subdivisão da graduação de 100 ml em 100 ml.	iqa-bev-30 lfda-sp/ mic-5 lfda-sp/ rca-5							
034	Cadinho, material: ptfe, capacidade: até 100 ml, tipo fundo: fundo chato, acessórios: com tampa	Lfda-go/ fcs-20 lfda-pe/ fcs-20	618844	Unidade	40	1	40	R\$ 215,00	R\$ 8.600,00
035	Cadinho, material: porcelana, tipo fundo: fundo chato, capacidade: até 75 ml, formato: forma alta. Características complementares: espessura de 2 mm e resistente à temperatura de 1000°C.	Lfda-rs/ iqa-300	440172	Unidade	300	1	300	R\$ 36,93	R\$ 11.079,00
036	Cadinho, material: vidro, porosidade: 10 a 15 micras, capacidade: até 50 ml, acessórios: com placa de vidro sinterizado, tipo gooch	Lfda-pa/ iqa-ala-30	420144	Unidade	30	1	30	R\$ 189,44	R\$ 5.683,20
037	Cápsula de evaporação, material: porcelana, diâmetro: cerca de 160 mm, formato: fundo redondo, adicional: com bico.	Lfda-pe/ iqa-bev-30 lfda-sp/ fcs-10	486733	Unidade	40	1	40	R\$ 81,40	R\$ 3.256,00
038	Erlenmeyer, material: vidro, graduação: graduado, volume: 250 ml, tipo boca: boca estreita, adicional: com orla	Lfda-pe/ iqa-bev-30	409360	Unidade	30	1	30	R\$ 19,22	R\$ 576,60
039	Erlenmeyer, material: vidro, graduação: graduado, volume: 250 ml, tipo boca: boca larga, adicional: com orla. Característica adicional: frasco com tampa	Lfda-go/ fcs-20 lfda-go/ iqa-10 lfda-pe/ iqa-bev-30	409395	Unidade	60	1	60	R\$ 188,31	R\$ 11.298,60
040	Erlenmeyer, material: vidro, graduação: graduado, volume: 300 ml, tipo boca: boca estreita, característica complementar: boca esmerilhada junta 24/ 40	Lfda-pe/ iqa-bev-30	419829	Unidade	30	1	30	R\$ 77,50	R\$ 2.325,00
041	Kitassato, material: vidro, capacidade: 1000 ml, tipo: graduado, características adicionais: com saída superior. Características complementares: parede reforçada em vidro borosilicato, diâmetro interno 40mm, rolha nº 13.	Lfda-pa/ iqa-ala-4 lfda-pe/ iqa-poa-2 lfda-sp/ mic-5	408777	Unidade	11	1	11	R\$ 89,13	R\$ 980,43

042	Kitassato, material: vidro, capacidade: 500 ml, tipo: graduado, características adicionais: com saída superior, características complementares: parede reforçada em vidro borosilicato, diâmetro interno 40mm; rolha nº13.	Lfda-pe/ fcs-6 lfda-rs/ mic-5 lfda-sp/ mic-5	408775	Unidade	16	1	16	R\$ 57,31	R\$ 916,96
043	Pipeta, tipo: pasteur, material: vidro, comprimento: 150 mm. Características complementares: capacidade de 2 ml, ponta fina e estirada.	Lfda-mg/ rca-3000 lfda-pe/ iqa-bev- 250 lfda-rs/ mic-200 lfda-sp/ iqa-beb- 500	411078	Unidade	3950	100	3950	R\$ 107,91	R\$ 426.244,50
044	Pistilo, material: porcelana, comprimento: cerca de 350 mm, acessórios: cabo de madeira	Lfda-go/ fcs-5	408977	Unidade	5	1	5	R\$ 365,66	R\$ 1.828,30
045	Placa de petri, material: plástico, formato: redonda, dimensões: cerca de 15 x 150 mm, esterilidade: estéril, tipo uso: descartável.	Lfda-mg/ mic-1000 lfda-pa/ dia-sorol- 200 lfda-pe/ dia-mol- 600 lfda-pe/ mic-1000 lfda-sp/ mic-500	410061	Unidade / placa	3300	1	3300	R\$ 2,98	R\$ 9.834,00
046	Placa de petri, material: plástico, formato: redonda, dimensões: cerca de 15 x 90 mm, esterilidade: estéril, tipo uso: descartável. Características complementares: em poliestireno, sem divisória.	Lfda-go/ mic-15000 lfda-mg/ mic-30000 lfda-mg/ ust-24000 lfda-pa/ dia-sorol- 2000 lfda-pa/ mic-20000 lfda-pe/ dia-mol-10 lfda-pe/ mic-20000 lfda-rs/ mic-50000 lfda-sp/ mag-18000 lfda-sp/ mic-20000	410065	Unidade / placa	199010	100	199010	R\$ 0,88	R\$ 175.128,80
047			410069		600	100	600	R\$ 8,93	

	Placa de petri, material: vidro, formato: redonda, dimensões: cerca de 15 x 90 mm. Características complementares: superfície plana, resistente à autoclavagem	Lfda-rs/ mic-600		Unidade / placa					R\$ 5.358,00
048	Placa laboratório, tipo: para pcr, material: plástico, capacidade: 96 poços, tipo fundo: fundo em "v", adicional: com meia borda. Características complementares: para rt-pcr construída em peça única, rígida, autoclavável com certificação de produto livre de dnase, rnase e pirogênios. Para uso em sistema quantstudio3, volume: 0,2 ml. Referência: thermofisher	Lfda-pe/ dia-mol- 600	410801	Unidade / placa	600	1	600	R\$ 25,30	R\$ 15.180,00
049	Placa laboratório, tipo: para cultura, material: plástico, capacidade: 96 poços, tipo fundo: fundo em "u", componentes: com tampa, esterilidade :estéril, apirogênica, livre de dnase e rnase, tipo uso : descartável, embalagem primária: embalagem individual. Características complementares: fabricada em poliestireno, esterilizado radiação gama, livre de pirôgenos, capacidade de 300 mcl.	Lfda-pe/ dia-mol- 1500	422362	Unidade / placa	1500	1	1500	R\$ 9,20	R\$ 13.800,00
050	Placa laboratório, material: plástico, componentes: com tampa, tipo fundo: fundo chato, capacidade: 96 poços, embalagem: embalagem individual, tipo: para cultura, tipo uso: descartável, esterilidade: estéril, apirogênica, livre de dnase e rnase. Características complementares: multiscreen hts hv filter plate 0.45µm, nº mshvn4550, millipore ou similar equivalente que comprove atendimento as especificações técnicas.	Lfda-go/ biomol- 1000 lfda-mg/ rca-1000 lfda-pe/ dia-mol-10	410791	Unidade / placa	2010	50	2010	R\$ 11,70	R\$ 23.517,00
051	Placa laboratório, material: polietileno, componentes: com tampa, identificação alfa-numérica, tipo fundo: fundo chato, capacidade: 24 poços, adicional: superfície tratada, embalagem primária: embalagem individual, tipo uso: descartável, esterilidade: estéril,	Lfda-mg/ rca-80	434334	Unidade / placa	80	1	80	R\$ 11,63	R\$ 930,40

	apirrogênica, livre de dnase e rnase, tipo: para cultura. Características complementares: dimensões: 128 x 85 x 22 mm, superfície de crescimento 1, 9 cm².								
052	Placa laboratório, tipo: para cultura, material: polietileno, capacidade: 48 poços, tipo fundo: fundo chato, componentes: com tampa, identificação alfa-numérica, adicional: superfície tratada, esterilidade: estéril, apirrogênica, livre de dnase e rnase, tipo uso: descartável, embalagem primária: embalagem individual. Características complementares: dimensões: 127, 76 x 85, 48 mm; referência: cellstar greiner bio-one ou equivalente.	Lfda-mg/rca-40	434335	Unidade / placa	40	1	40	R\$ 12,66	R\$ 506,40
053	Placa laboratório, tipo: para pcr, material: plástico, capacidade: 96 poços, tipo fundo: fundo em "v", volume: 0, 2 ml. Características complementares: poço de perfil baixo, transparente e saia completa, suporte temperatura de -80 a 120°C, compatível com termociclador biorad, cfx96tm. Referência: hardshelle 96 well pcr plates biorad.	Lfda-pe/mic-400	426755	Unidade / placa	400	50	400	R\$ 23,76	R\$ 9.504,00
054	Proveta, material: polipropileno, graduação: graduada, capacidade: 2000 ml, base: base plástica, adicional: com orla e bico. Características complementares: com intervalo de graduação de 20 ml, resistente a temperatura de até 80°C	Lfda-go/ laso-4 lfda-rs/mic-10	409897	Unidade	14	1	14	R\$ 164,00	R\$ 2.296,00
055	Proveta, material: vidro, graduação: graduada, capacidade: 100 ml, base: base plástica, adicional: com orla e bico. Características adicionais: faixas em azul gravadas a ácido, pé de polietileno sextavado, sem rolha.	Lfda-go/iqa-2 lfda-mg/iqa-20 lfda-mg/mic-10 lfda-mg/rca-20 lfda-mg/ust-48 lfda-pa/iqa-ala-10 lfda-pe/dia-mol-20 lfda-pe/	409892	Unidade	295	1	295	R\$ 16,19	R\$ 4.776,05

		fcs-10 lfda-pe/ iqa-bev-30 lfda-rs/ mic-10 lfda-sp/ iqa-poa-100 lfda-sp/ mic-15							
056	Proveta, material: vidro, graduação: graduada, capacidade: 25 ml, base: base plástica, adicional: com orla e bico. Características adicionais: faixas em azul gravadas a ácido, pé de polietileno sextavado, sem rolha.	Lfda-go/ iqa-2 lfda-mg/ iqa-10 lfda-mg/ rca-20 lfda-mg/ ust-60 lfda-pa/ iqa-ala-5 lfda-pe/ fcs-10 lfda-pe/ iqa-bev-30 lfda-pe/ iqa-poa-10 lfda-rs/ iqa-20 lfda-sp/ iqa-poa-50 lfda-sp/ mic-5	409878	Unidade	222	1	222	R\$ 11,93	R\$ 2.648,46
057	Proveta, material: vidro, graduação: graduada, capacidade: 50 ml, base: base plástica, adicional: com orla e bico. Características adicionais: faixas em azul gravadas a ácido, pé de polietileno sextavado, sem rolha.	Lfda-go/ iqa-2 lfda-mg/ iqa-10 lfda-mg/ rca-20 lfda-mg/ ust-60 lfda-pa/ iqa-ala-10 lfda-pa/ mic-20 lfda-pe/ fcs-10 lfda-pe/ iqa-bev-30 lfda-pe/ iqa-poa-10 lfda-rs/ iqa-20 lfda-rs/ mic-10 lfda-sp/ iqa-poa-20 lfda-sp/ mic-5	409890	Unidade	227	1	227	R\$ 11,48	R\$ 2.605,96
058	Sistema filtração, tipo: à vácuo, material: em plástico,	Lfda-pe/ iqa-bev-2	414418	Unidade	2	1	2	R\$ 1.719,11	R\$ 3.438,22

	composição: com funil, rolha, frasco coleta, componentes adicionais: suporte filtro 47 mm, capacidade: 250 ml, esterilidade: autoclavável. Características complementares: frasco coletor e tampa do frasco coletor, confeccionados em polisulfona. Suporte e tela confeccionados em polipropileno. O-ring de silicone. Acompanhado de rolha nº 5 de silicone perfurada, dois suportes de filtração para membranas de 13 mm de diâmetro e quatro tampas de borracha. Diâmetro do suporte 10, 8 cm, altura 20, 3cm, capacidade de filtração de 250 ml, área de filtração 13, 8 cm². Referência: millipore, suporte de filtração sterilfil®.								
059	Sistema filtração, tipo: à vácuo, material: em vidro, composição: com funil, grampo, rolha e kitassato, componentes adicionais: filtro 47 mm, capacidade: 300 ml. Características complementares: com copo de vidro de 300 ml graduado, pinça em alumínio, funil em placa porosa e kitassato de 2000 ml.	Lfda-pe/ iqa-bev-2 Lfda-pe/ iqa-poa-1 Lfda-rs/ iqa-3 Lfda-sp/ rca-2	410462	Unidade	8	1	8	R\$ 1.888,96	R\$ 15.111,68
060	Tubo laboratório, tipo: centrífuga, material: polipropileno, tipo fundo: fundo cônico, capacidade: 15 ml, acessórios: tampa rosqueável, graduação: graduado, uso: autoclavável. Características complementares: tipo falcon, graduação permanente de 1, 5 a 14, 5 mm, com intervalos de 0, 5 ml também resistente a solventes, ácidos e álcalis.	Lfda-go/ biomol-250 Lfda-go/ rca-1000 Lfda-rs/ iqa-5 Lfda-rs/ rca-20000 Lfda-sp/ iqa-poa-7000 Lfda-sp/ rca-14000	409760	Unidade / tubo	42255	500	42255	R\$ 0,61	R\$ 25.775,55
061	Tubo laboratório, tipo: centrífuga, material: polipropileno, tipo fundo: fundo cônico, capacidade: 50 ml, acessórios: tampa rosqueável, graduação: graduado, esterilidade: apirogênico, livre de dnase e mase, uso: autoclavável.	Lfda-rs/ iqa-200	421423	Unidade / tubo	200	25	200	R\$ 0,80	R\$ 160,00
062	Tubo laboratório, tipo: centrífuga, material: polipropileno, tipo fundo: fundo	Lfda-go/ biomol-125 Lfda-go/	409050	Unidade / tubo	2025	25	2025	R\$ 0,82	R\$ 1.660,50

	cônico, capacidade: 50 ml, acessórios: tampa rosqueável, graduação: graduado, esterilidade: estéril, apirogênico, livre de dnase e rnase, uso: descartável	fcs-500 lfda-mg/ mic-200 lfda-pe/ mic-200 lfda-sp/ iqa-beb-200 lfda-sp/ mic-800							
063	Tubo laboratório, tipo: centrífuga, material: polipropileno, tipo fundo: fundo cônico, capacidade: 50 ml, acessórios: tampa rosqueável, graduação: graduado, uso: autoclavável. Característica complementar: tipo falcon, diâmetro externo: 30 mm e comprimento 115 mm.	Lfda-go/ rca-10000 lfda-mg/ iqa-100 lfda-mg/ rca-15000 lfda-pa/ rca-500 lfda-pe/ fcs-100 lfda-rs/ rca-30000 lfda-sp/ iqa-poa-300 lfda-sp/ rca-38000	409759	Unidade / tubo	94000	1	94000	R\$ 1,06	R\$ 99.640,00
064	Tubo laboratório, tipo; centrífuga, material: polipropilento, tipo fundo: fundo cônico, capacidade: 15 ml, graduação: graduado, uso: autoclavável.	Lfda-sp/ mic-700	416762	Unidade / tubo	700	1	700	R\$ 0,78	R\$ 546,00
065	Proveta, material: polipropileno, graduação: graduada, capacidade: 500 ml, base: base plástica, adicional: com orla e bico. Características complementares: classe a, divisão de 5 ml, erro de 2, 0 ml. Referência: 35154, brand ou similar equivalente.	Lfda-go/ fcs-5 lfda-go/ laso-4 lfda-rs/ mic-20 lfda-sp/ mic-30	409895	Unidade	59	1	59	R\$ 19,51	R\$ 1.151,09
066	Vidro relógio, formato:côncavo, diâmetro:cerca de 10 cm	Lfda-go/ fcs-20 lfda-pe/ iqa-bev-20	408486	Unidade	40	1	40	R\$ 10,35	R\$ 414,00
067	Proveta, material: vidro, graduação: graduada, capacidade: 500 ml, base: base de vidro, adicional: com orla e bico. Características adicionais: faixas em azul gravadas a ácido nome padrão descritivo do material: proveta unidade de fornecimento: unidade	Lfda-go/ mic-8 lfda-mg/ rca-20 lfda-mg/ ust-48 lfda-pa/ iqa-ala-5 lfda-pe/ iqa-bev-10	438916	Unidade	96	1	96	R\$ 50,41	R\$ 4.839,36

	quantidade mínima de fornecimento: 1	lfda-rs/ iqa-5							
068	Placa laboratório, tipo: poço profundo, cerca de 2 ml, material: plástico, capacidade: 96 poços, tipo fundo: fundo cônico, corpo quadrado. Características complementares: compatível com equipamento kingfisher felx, termo scientific, referência: kingfisher 96 deep well plat, v-botton, cat nº 95040450, thermofisher.	Lfda-go/ biomol-250	413898	Unidade / placa	250	50	250	R\$ 16,66	R\$ 4.165,00
069	Balão laboratório, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 500 ml, adicional: com 1 junta.	Lfda-go/ fcs-20 lfda-go/ laso-4	409839	Unidade / balão	24	1	24	R\$ 77,48	R\$ 1.859,52
070	Erlenmeyer, material: vidro, graduação: graduado, volume: 250 ml, tipo boca: boca larga	Lfda-go/ fcs-30 lfda-pe/ iqa-bev-30	409395	Unidade / erlenmeyer	60	1	60	R\$ 30,45	R\$ 1.827,00
071	Tubo de vidro, tipo vidro: borossilicato, diâmetro externo: 45 mm, diâmetro interno: 40 mm, uso: digestão ácida, características adicionais: sem tampa, com orla e parede reforçada, altura: 260 mm	Lfda-go/ fcs-30	359446	Unidade/ tubo	30	1	30	R\$ 10,18	R\$ 305,40
072	Frasco laboratório, tipo reagente, material vidro, capacidade 5000 ml, graduação graduado, tipo boca boca larga, tipo tampa rosqueável com vedação, dispositivo antigotas.	Lfda-go/ fcs-3 lfda-rs/ iqa-10	409446	Unidade / frasco	13	1	13	R\$ 362,45	R\$ 4.711,85
073	Erlenmeyer, material: vidro, graduação: graduado, volume: 125 ml, tipo boca: boca larga	Lfda-go/ fcs-20 lfda-mg/ iqa-30 lfda-pe/ iqa-bev-30	409397	Unidade / erlenmeyer	80	1	80	R\$ 16,25	R\$ 1.300,00
074	Frasco laboratório, tipo: reagente, material: plástico, capacidade: 500 ml, tipo boca: boca larga, tipo tampa: tampa rosqueável com vedação, adicional: autoclavável	Lfda-pe/ iqa-bev-20	425359	Unidade / frasco	20	1	20	R\$ 21,65	R\$ 433,00
075	Béquero, material vidro, graduação graduado,	Lfda-go/ fcs-20 lfda-mg/ rca-50	408253	Unidade / béquer	136	1	136	R\$ 17,43	R\$ 2.370,48

	capacidade 400 ml, formato forma alta, adicional com orla e bico	lfda-mg/ ust-36 lfda-pe/ iqa-bev-30							
076	Béquer, material vidro, graduação graduado, capacidade 500 ml, formato forma alta, adicional com orla e bico	Lfda-go/ fcs-20 lfda-mg/ rca-50 lfda-mg/ ust-36 lfda-pe/ iqa-bev-30 lfda-sp/ iqa-beb-24	408252	Unidade / béquer	160	1	160	R\$ 18,27	R\$ 2.923,20
077	Placa de petri, material: vidro, formato: redonda, dimensões: cerca de 25 x 150 mm pdm: 9749	Lfda-go/ laso-15	412741	Unidade / placa	15	1	15	R\$ 56,17	R\$ 842,55
078	Placa de petri, material: vidro, formato: redonda, dimensões: cerca de 15 x 60 mm pdm: 9749	Lfda-go/ iqa-20 lfda-go/ laso-15 lfda-sp/ mic-500	410068	Unidade / placa	535	1	535	R\$ 9,02	R\$ 4.825,70
079	Frasco medicamento, material: vidro especial tipo 1, transparente; aplicação: injetáveis; capacidade: 7 mililitros; tampa: borracha, diâmetro de 20 milímetro, cinza, para liofilização. Especificações complementares: tipo penicilina, com bocal e corpo de 20 milímetros. Deve se entregue esterilizado e despirogenizado. Acompanha laudo de avaliação técnica.	Lfda-mg/ cpb/ ppi- 200	612144	Unidade / frasco	200	1	200	R\$ 1,03	R\$ 206,00
080	Frasco medicamento, material: vidro especial tipo 1, transparente; aplicação: injetáveis; capacidade: 7 mililitros; tampa: borracha, diâmetro de 20 milímetro, cinza, comum. Especificações complementares: tipo penicilina, com bocal e corpo de 20 milímetros. Deve se entregue esterilizado e despirogenizado. Acompanha laudo de avaliação técnica.	Lfda-mg/ cpb/ ppi- 500	612144	Unidade/ frasco	500	1	500	R\$ 1,05	R\$ 525,00
081	Frasco medicamento, material: especia tipo 1, transparente; capacidade: 6 mililitros; aplicação: injetável liofilizado.	Lfda-mg/ cpb/ ppi- 352	612144	Unidade/ frasco	352	1	352	R\$ 4,06	R\$ 1.429,12

	Especificações complementares: camada interna hidrofóbica (sioch), 40 nanômetros. Dimensões aproximadas: diâmetro 22 milímetros, altura 40 milímetros, boca 20 milímetros. Esterilizado. Referência: schott top lyo 6r ou equivalente.								
082	<p>Béquer, material: vidro; graduação: graduado; capacidade: 150 ml; formato: forma alta; adicional: com orla e bico. Especificações técnicas: : béquer em vidro borossilicato de baixa expansão, forma alta, com bico vertedor, capacidade de 150 ml. Especificações: intervalo de graduação de 25-150 ml, com escala de graduação de 12,5 ml. Dimensões aproximadas: diâmetro externo de 54 mm e altura de 95 mm. Paredes com espessura uniforme. Especificação complementar: a capacidade nominal do béquer, o nome do fabricante e as linhas de graduação devem ser gravados de forma permanente e legível no corpo da vidraria, com esmalte química e termicamente resistente e com resistência a soluções ácidas com concentração superior a 10%. O produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e960, incluindo parede uniforme e reforçada. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. Tipo de embalagem: embalagem de 1 unidade(s). Catmat: 408262 quantidade: 100 unidades nome padrão: béquer de 150 ml</p>	Lfda-mg/ust-48 Lfda-pe/iqa-bev-30 Lfda-rs/iqa-100	408262	Béquer de 150 ml	178	100 unidades	178	R\$ 10,07	R\$ 1.792,46
083			408263		136		136	R\$ 11,26	

	<p>Béquer, material: vidro; graduação: graduado; capacidade: 300 ml; formato: forma alta; adicional: com orla e bico. Especificações técnicas: : béquer em vidro borossilicato de baixa expansão, forma alta, com bico vertedor, capacidade de 300 ml. Especificações: intervalo de graduação de 25-300 ml, com escala de graduação de 25 ml. Dimensões aproximadas: diâmetro externo de 64 mm e altura de 118 mm. Paredes com espessura uniforme. Especificação complementar: a capacidade nominal do béquer, o nome do fabricante e as linhas de graduação devem ser gravados de forma permanente e legível no corpo da vidraria, com esmalte química e termicamente resistente e com resistência a soluções ácidas com concentração superior a 10%. O produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e960, incluindo parede uniforme e reforçada. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. Tipo de embalagem: embalagem de 1 unidade(s). Catmat: 408263 quantidade: 50 unidades nome padrão: béquer de 300 ml</p>	Lfda-mg/ iqa-70 lfda-mg/ ust-36 lfda-pe/ iqa-bev-30		Béquer de 300 ml		50 unidades			R\$ 1.531,36
084	<p>Béquer, material: vidro; graduação: graduado; capacidade: 400 ml; formato: forma alta; adicional: com orla e bico. Especificações técnicas: : béquer em vidro borossilicato de baixa expansão, forma alta, com bico vertedor, capacidade de 400 ml. Especificações: intervalo de graduação de 25-</p>	Lfda-mg/ ust-36 lfda-pe/ iqa-bev-30 lfda-rs/ iqa-50	408253	Béquer de 400 ml	116	50 unidades	116	R\$ 10,99	R\$ 1.274,84

	<p>400 ml, com escala de graduação de 25 ml. Dimensões aproximadas: diâmetro externo de 69 mm e altura de 127 mm. Paredes com espessura uniforme. Especificação complementar: a capacidade nominal do béquer, o nome do fabricante e as linhas de graduação devem ser gravados de forma permanente e legível no corpo da vidraria, com esmalte química e termicamente resistente e com resistência a soluções ácidas com concentração superior a 10%. O produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e960, incluindo parede uniforme e reforçada. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. Tipo de embalagem: embalagem de 1 unidade(s). Catmat: 408253 quantidade: 50 unidades nome padrão: béquer de 400 ml</p>								
085	<p>Béquer, material: vidro; graduação: graduado; capacidade: 50 ml; formato: forma alta; adicional: com orla e bico. Especificações técnicas: : béquer em vidro borossilicato de baixa expansão, forma alta, com bico vertedor, capacidade de 50 ml; intervalo de graduação de 10-50, com escala de graduação de 5 ml. Dimensões aproximadas: diâmetro externo de 42 mm e altura de 56 mm. Paredes com espessura uniforme. Especificação complementar: a capacidade nominal do béquer, o nome do fabricante e as linhas de graduação devem ser gravados de forma permanente e legível no corpo da vidraria, com esmalte química e termicamente</p>	<p>Lfda-mg/ust-60 lfda-pe/iqa-bev-30 lfda-rs/iqa-100</p>	408260	Béquer de 50 ml	190	50 unidades	190	R\$ 6,46	R\$ 1.227,40

	<p>resistente e com resistência a soluções ácidas com concentração superior a 10%. O produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e960, incluindo parede uniforme e reforçada. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. Tipo de embalagem: embalagem de 1 unidade(s). Catmat: 408260 quantidade: 50 unidades nome padrão: béquer de 50 ml</p>								
086	<p>Béquer, material: vidro; graduação: graduado; capacidade: 600 ml; formato: forma alta; adicional: com orla e bico. Especificações técnicas: : béquer em vidro borossilicato de baixa expansão, forma alta, com bico vertedor, capacidade de 600 ml. Especificações: intervalo de graduação de 50-600 ml, com escala de graduação de 50 ml. Dimensões aproximadas: diâmetro externo de 79 mm e altura de 152 mm. Paredes com espessura uniforme. Especificação complementar: a capacidade nominal do béquer, o nome do fabricante e as linhas de graduação devem ser gravados de forma permanente e legível no corpo da vidraria, com esmalte química e termicamente resistente e com resistência a soluções ácidas com concentração superior a 10%. O produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm</p>	<p>Lfda-mg/ust-36 lfda-pe/iqa-bev-30</p>	408254	Béquer de 600 ml	66	50 unidades	66	R\$ 15,90	R\$ 1.049,40

	e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e960, incluindo parede uniforme e reforçada. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. Tipo de embalagem: embalagem de 1 unidade(s) catmat: 408254 quantidade: 50 unidades nome padrão: béquer de 600 ml								
087	Dessecador em vidro - material: vidro alcalino ou borossilicato; tipo de uso: para vácuo; diâmetro interno: cerca de 30 cm; capacidade: cerca de 12 litros; tampa: tampa de vidro com vedação; acessórios: com luva 55/ 38; outros componentes: com placa de porcelana perfurada. Catmat: 409572 quantidade: 2 unidades nome padrão: dessecador em vidro de 30 cm	Lfda-go/ fcs-2 lfda-pe/ iqa-bev-2	409572	Dessecador em vidro de 30 cm	4	2 unidades	4	R\$ 1.212,67	R\$ 4.850,68
088	Funil analítico de vidro raiado com 75 mm de diâmetro e 75 ml de capacidade aproximada, com haste curta; especificações técnicas: fabricado em em vidro borossilicat 3.3; ângulo de abertura de 60°; cônico, com raia; borda polida a fogo; diâmetro da boca 75 mm; capacidade de 60 ml a 90 ml; altura total 150 mm; tamanho da haste 75 mm (haste curta); diâmetro externo da haste 9 mm catmat: 411203 quantidade: 50 unidades nome padrão: funil analítico com 75 mm	Lfda-pa/ rca-50 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-sp/ fcs-50	411203	Funil analítico com 75 mm	120	50 unidades	120	R\$ 28,40	R\$ 3.408,00
089	Funil de vidro comum liso com 80 mm de diâmetro e 60 ml de capacidade , com haste curta; especificações técnicas: ângulo de abertura de 60°; cônico, liso (sem raia); borda polida a fogo; diâmetro da boca 80 mm; capacidade de 60 ml; altura total 145 mm (haste curta) catmat: 410112	Lfda-go/ fcs-20 lfda-mg/ iqa-20 lfda-mg/ rca-20 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-rs/ iqa-20	410112	Funil de vidro comum com 80 mm	100	20 unidades	100	R\$ 14,05	R\$ 1.405,00

	quantidade: 20 unidades nome padrão: funil de vidro comum com 80 mm								
090	Pesa-filtro foma alta em vidro borossilicato; características: forma alta com tampa esmerilhada; fabricado em vidro borossilicato; temperatura de trabalho: até 300°C (sem tampa) com a tampa: 120°C (sem choque termico); dimensões: 32 mm x 50 mm e 30 ml de capacidade. Catmat: 409773 quantidade: 15 unidades nome padrão: pesa-filtro de 30 ml	Lfda-pe/ iqa-bev-20	409773	Pesa-filtro de 30ml	20	15 unidades	20	R\$ 58,18	R\$ 1.163,60
091	Vidro de relógio não-lapidado para laboratório, formato circular, côncavo, confeccionado em vidro neutro, com extremidade não-lapidada, diâmetro 80 mm catmat: 408489 quantidade; 40 unidades nome padrão: vidro de relógio de 80 mm	Lfda-go/ iqa-40 Lfda-pe/ iqa-bev-20 Lfda-rs/ cve-160 Lfda-sp/ fcs- 40	408489	Vidro de relógio de 80 mm	260	40 unidades	260	R\$ 3,82	R\$ 993,20
092	Béquer, material: vidro; graduação: graduado; capacidade: 1000 ml; formato: forma alta; adicional: com orla e bico. Especificações técnicas: : béquer em vidro borossilicato de baixa expansão, forma alta, com bico vertedor, capacidade de 1000 ml; intervalo de graduação de 50-1000 ml, com escala de graduação de 50 ml. Dimensões aproximadas: diâmetro externo de 89 mm e altura de 187 mm. Paredes com espessura uniforme. Especificação complementar: a capacidade nominal do béquer, o nome do fabricante e as linhas de graduação devem ser gravados de forma permanente e legível no corpo da vidraria, com esmalte química e termicamente resistente e com resistência a soluções ácidas com concentração superior a 10%. O produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius,	Lfda-mg/ ust-24 Lfda-pe/ iqa-bev-10	408255	Béquer de 1000 ml	34	50 unidades	34	R\$ 24,60	R\$ 836,40

	atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e960, incluindo parede uniforme e reforçada. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. Tipo de embalagem: embalagem de 1 unidade(s).								
093	<p>Béquer, material: vidro; graduação: graduado; capacidade: 150 ml; formato: forma alta; adicional: com orla e bico. Especificações técnicas: : béquer em vidro borossilicato de baixa expansão, forma alta, com bico vertedor, capacidade de 150 ml. Especificações: intervalo de graduação de 25-150 ml, com escala de graduação de 12,5 ml. Dimensões aproximadas: diâmetro externo de 54 mm e altura de 95 mm. Paredes com espessura uniforme. Especificação complementar: a capacidade nominal do béquer, o nome do fabricante e as linhas de graduação devem ser gravados de forma permanente e legível no corpo da vidraria, com esmalte química e termicamente resistente e com resistência a soluções ácidas com concentração superior a 10%. O produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e960, incluindo parede uniforme e reforçada. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. Tipo de embalagem: embalagem de 1 unidade(s).</p>	Lfda-mg/ust-48 lfda-pe/iqa-bev-30 lfda-rs/iqa-50	408262	Béquer de 150 ml	128	50 unidades	128	R\$ 7,75	R\$ 992,00

094	Béquer, material: vidro; graduação: graduado; capacidade: 300 ml; formato: forma alta; adicional: com orla e bico. Especificações técnicas: : béquer em vidro borossilicato de baixa expansão, forma alta, com bico vertedor, capacidade de 300 ml. Especificações: intervalo de graduação de 25-300 ml, com escala de graduação de 25 ml. Dimensões aproximadas: diâmetro externo de 64 mm e altura de 118 mm. Paredes com espessura uniforme. Especificação complementar: a capacidade nominal do béquer, o nome do fabricante e as linhas de graduação devem ser gravados de forma permanente e legível no corpo da vidraria, com esmalte química e termicamente resistente e com resistência a soluções ácidas com concentração superior a 10%. O produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e960, incluindo parede uniforme e reforçada. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. Tipo de embalagem: embalagem de 1 unidade(s).	Lfda-mg/ust-36 lfda-pe/iqa-bev-30	408263	Béquer de 300 ml	66	5 unidades	66	R\$ 10,21	R\$ 673,86
095	Béquer, material: vidro; graduação: graduado; capacidade: 400 ml; formato: forma alta; adicional: com orla e bico. Especificações técnicas: béquer em vidro borossilicato de baixa expansão, forma alta, com bico vertedor, capacidade de 400 ml. Especificações: intervalo de graduação de 25-400 ml, com escala de graduação de 25 ml. Dimensões aproximadas: diâmetro externo de 69 mm e altura de 127 mm.	Lfda-mg/ust-36 lfda-pe/iqa-bev-30	408253	Béquer de 400 ml	66	50 unidades	66	R\$ 11,10	R\$ 732,60

	<p>Paredes com espessura uniforme. Especificação complementar: a capacidade nominal do béquer, o nome do fabricante e as linhas de graduação devem ser gravados de forma permanente e legível no corpo da vidraria, com esmalte química e termicamente resistente e com resistência a soluções ácidas com concentração superior a 10%. O produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e960, incluindo parede uniforme e reforçada. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. Tipo de embalagem: embalagem de 1 unidade(s).</p>								
096	<p>Béquer, material: vidro; graduação: graduado; capacidade: 50 ml; formato: forma alta; adicional: com orla e bico. Especificações técnicas: : béquer em vidro borossilicato de baixa expansão, forma alta, com bico vertedor, capacidade de 50 ml; intervalo de graduação de 10-50, com escala de graduação de 5 ml. Dimensões aproximadas: diâmetro externo de 42 mm e altura de 56 mm. Paredes com espessura uniforme. Especificação complementar: a capacidade nominal do béquer, o nome do fabricante e as linhas de graduação devem ser gravados de forma permanente e legível no corpo da vidraria, com esmalte química e termicamente resistente e com resistência a soluções ácidas com concentração superior a 10%. O produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três</p>	<p>Lfda-mg/ ust-60 lfda-pe/ iqa-bev-30</p>	408260	Béquer de 50 ml	90	50 unidades	90	R\$ 8,43	R\$ 758,70

	vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e960, incluindo parede uniforme e reforçada. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. Tipo de embalagem: embalagem de 1 unidade(s).								
097	Béquer, material: vidro; graduação: graduado; capacidade: 600 ml; formato: forma alta; adicional: com orla e bico. Especificações técnicas: : béquer em vidro borossilicato de baixa expansão, forma alta, com bico vertedor, capacidade de 600 ml. Especificações: intervalo de graduação de 50-600 ml, com escala de graduação de 50 ml. Dimensões aproximadas: diâmetro externo de 79 mm e altura de 152 mm. Paredes com espessura uniforme. Especificação complementar: a capacidade nominal do béquer, o nome do fabricante e as linhas de graduação devem ser gravados de forma permanente e legível no corpo da vidraria, com esmalte química e termicamente resistente e com resistência a soluções ácidas com concentração superior a 10%. O produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e960, incluindo parede uniforme e reforçada. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da	Lfda-mg/ ust-36 lfda-pe/ iqa-bev-30	408254	Béquer de 600 ml	66	50 unidades	66	R\$ 15,33	R\$ 1.011,78

	proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. Tipo de embalagem: embalagem de 1 unidade(s).								
098	Cadinho de fusão em porcelana forma alta; especificações: confeccionado em porcelana refratária; vitrificado, exceto o fundo externo; suporte à temperaturas de trabalho entre 1.000 e 1.200 °C; capacidade: 55 ml; dimensões: altura: 53 mm, diâmetro superior: 45 mm, diâmetro inferior: 25 mm.	Lfda-pa/ iqa-ala-40 Lfda-pe/ iqa-bev-10 Lfda-rs/ iqa-50	408788	Cadinho de porcelana de 55 ml	100	20 unidades	100	R\$ 27,31	R\$ 2.731,00
099	Cadinho de fusão em porcelana forma média; especificações: confeccionado em porcelana refratária; vitrificado, exceto o fundo externo; suporte à temperaturas de trabalho entre 1.000 e 1.200 °C; capacidade: 60 ml; dimensões: altura: 46 mm, diâmetro superior: 50 mm, diâmetro inferior: 26 mm.	Lfda-pe/ iqa-bev-10	408788	Cadinho de porcelana de 60 ml	10	2 unidades	10	R\$ 26,97	R\$ 269,70
100	Dessecador em vidro - material: vidro alcalino ou borossilicato; tipo de uso: para vácuo; diâmetro interno: cerca de 15 cm; capacidade: cerca de 2 litros; tampa: tampa de vidro com vedação; acessórios: com luva 45/ 35; outros componentes: com placa de porcelana perfurada.	Lfda-pe/ iqa-bev-2	409574	Dessecador em vidro de 15 cm	2	2 unidades	2	R\$ 405,13	R\$ 810,26
101	Dessecador em vidro - material: vidro alcalino ou borossilicato; tipo de uso: para vácuo; diâmetro interno: cerca de 30 cm; capacidade: cerca de 12 litros; tampa: tampa de vidro com vedação; acessórios: com luva 55/ 38; outros componentes: com placa de porcelana perfurada.	Lfda-pe/ iqa-bev-2	409572	Dessecador em vidro de 30 cm	2	2 unidades	2	R\$ 1.177,44	R\$ 2.354,88
102	Erlenmeyer de vidro de 125 ml com junta esmerilhada e rolha de polipropileno; especificações técnicas: fabricado em vidro borossilicato 3.3; autoclavável a 121°C; forma cônica; gargalo com junta esmerilhada e rolha de polipropileno de vedação segura; gravação em tinta cerâmica de alta durabilidade na cor branca; escala graduada de fácil leitura e tarja com tamanho	Lfda-pe/ iqa-bev-20	445123	Erlenmeyer de vidro de 125 ml	20	20 unidades	20	R\$ 60,33	R\$ 1.206,60

	grande para facilitar a marcação; deve possuir excelente resistência térmica e alta resistência a ataques químicos; espessura de parede uniforme, adequado para aplicações com aquecimento.								
103	Erlenmeyer de vidro de 500 ml com junta esmerilhada e rolha de polipropileno; especificações técnicas: fabricado em vidro borossilicato 3.3; autoclavável a 121°C; forma cônica; gargalo com junta esmerilhada e rolha de polipropileno de vedação segura; gravação em tinta cerâmica de alta durabilidade na cor branca; escala graduada de fácil leitura e tarja com tamanho grande para facilitar a marcação; deve possuir excelente resistência térmica e alta resistência a ataques químicos; espessura de parede uniforme, adequado para aplicações com aquecimento.	Lfda-pe/ iqa-bev-20	433611	Erlenmeyer de vidro de 500 ml	20	20 unidades	20	R\$ 69,24	R\$ 1.384,80
104	Frasco de laboratório; tipo: para reagente; material: vidro; cor: âmbar; capacidade: 1000 ml; graduação: graduado; tampa rosqueável com vedação. Especificações técnicas: frasco reagente graduado com tampa azul e dispositivo anti-gotas, com capacidade para 1000 ml, em vidro borossilicato 3.3, com anel de vedação (anti gotas), tampa em polipropileno de alta resistência, rosca azul autoclavavel até 140 °c.	Lfda-go/ fcs-20 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-sp/ mic-70	409445	Frasco de laboratório para reagentes	110	20 unidades	110	R\$ 120,00	R\$ 13.200,00
105	Funil analítico de vidro raiado com 100 mm de diâmetro e 180 ml de capacidade, com haste curta; especificações técnicas: fabricado em em vidro borossilicat 3.3; ângulo de abertura de 60°; cônico, com raias; borda polida a fogo; diâmetro da boca 100 mm; capacidade 180 ml; tamanho da haste 100 mm (haste curta); diâmetro externo da haste 13 mm.	Lfda-go/ fcs-10 lfda-pe/ iqa-bev-20	411200	Funil analítico com 100 mm	30	10 unidades	30	R\$ 110,00	R\$ 3.300,00
106	Funil analítico de vidro raiado com 150 mm de diâmetro e 500 ml de capacidade aproximada, com haste curta; especificações técnicas: fabricado em em vidro	Lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-rs/ iqa-50	410092	Funil analítico com 150 mm	70	10 unidades	70	R\$ 142,47	R\$ 9.972,90

	borossilicat 3.3; ângulo de abertura de 60°; cônico, com raia; borda polida a fogo; diâmetro da boca 150 mm; capacidade de 500 ml a 600 ml; tamanho da haste 150 mm (haste curta); diâmetro externo da haste 15 mm.								
107	Funil analítico de vidro raiado com 50 mm de diâmetro e 15 ml de capacidade, com haste curta; especificações técnicas: fabricado em em vidro borossilicat 3.3; ângulo de abertura de 60°; cônico, com raia; borda polida a fogo; diâmetro da boca 50 mm; capacidade 15 ml; altura total 115 mm; tamanho da haste 75 mm (haste curta); diâmetro externo da haste 8 mm.	Lfda-pe/ iqa-bev-20	429234	Funil analítico com 50 mm	20	10 unidades	20	R\$ 52,77	R\$ 1.055,40
108	Funil analítico de vidro raiado com 75 mm de diâmetro e 75 ml de capacidade aproximada, com haste curta; especificações técnicas: fabricado em em vidro borossilicat 3.3; ângulo de abertura de 60°; cônico, com raia; borda polida a fogo; diâmetro da boca 75 mm; capacidade de 60 ml a 90 ml; altura total 150 mm; tamanho da haste 75 mm (haste curta); diâmetro externo da haste 9 mm.	Lfda-pa/ iqa-ala-30 Lfda-pe/ iqa-bev-20	411203	Funil analítico com 75 mm	50	10 unidades	50	R\$ 48,45	R\$ 2.422,50
109	Funil de vidro comum liso com 100 mm de diâmetro e 160 ml de capacidade, com haste curta; especificações técnicas: ângulo de abertura de 60°; cônico, liso (sem raia); borda polida a fogo; diâmetro da boca 100 mm; capacidade 125 ml; altura total 160 mm (haste curta).	Lfda-pa/ iqa-ala-30 Lfda-pe/ iqa-bev-20 Lfda-rs/ iqa-20	410115	Funil de vidro comum com 100 mm	70	10 unidades	70	R\$ 22,08	R\$ 1.545,60
110	Funil de vidro comum liso com 150 mm de diâmetro e 500 ml de capacidade, com haste curta; especificações técnicas: ângulo de abertura de 60°; cônico, liso (sem raia); borda polida a fogo; diâmetro da boca 150 mm; capacidade de 500 ml; altura total 170 mm (haste curta).	Lfda-pe/ iqa-bev-20 Lfda-rs/ iqa-20	410104	Funil de vidro comum com 150 mm	40	10 unidades	40	R\$ 89,99	R\$ 3.599,60
111	Funil de vidro comum liso com 50 mm de diâmetro e 15 ml de capacidade, com haste curta; especificações técnicas: ângulo	Lfda-pe/ iqa-bev-20	410108	Funil de vidro comum com 50 mm	20	10 unidades	20	R\$ 8,35	R\$ 167,00

	de abertura de 60°; cônico, liso (sem raia); borda polida a fogo; diâmetro da boca 50 mm; capacidade 15 ml; altura total 84 mm (haste curta).								
112	Funil de vidro comum liso com 80 mm de diâmetro e 60 ml de capacidade, com haste curta; especificações técnicas: ângulo de abertura de 60°; cônico, liso (sem raia); borda polida a fogo; diâmetro da boca 80 mm; capacidade de 60 ml; altura total 145 mm (haste curta).	Lfda-pe/iqa-bev-20	410112	Funil de vidro comum com 80 mm	20	10 unidades	20	R\$ 11,79	R\$ 235,80
113	Liner split de vidro, diâmetro interno 4mm, diâmetro externo 6,2 mm, comprimento 92,1 mm. Produto perkin elmer, part number n6502009. Produto compatível com o cromatógrafo gasoso perkin elmer clarus 680.	Lfda-pe/iqa-bev-5	479346	Liner split em vidro	5	10 unidades	5	R\$ 249,47	R\$ 1.247,35
114	Pesa-filtro foma alta em vidro borossilicato; características: forma alta com tampa esmerilhada; fabricado em vidro borossilicato; temperatura de trabalho: até 300°C (sem tampa) com a tampa: 120°C (sem choque termico); dimensões: 15 mm x 40 mm e 5 ml de capacidade.	Lfda-pe/iqa-bev-20	409792	Pesa filtro de 5 ml	20	15 unidades	20	R\$ 58,89	R\$ 1.177,80
115	Pesa-filtro foma alta em vidro borossilicato; características: forma alta com tampa esmerilhada; fabricado em vidro borossilicato; temperatura de trabalho: até 300°C (sem tampa) com a tampa: 120°C (sem choque termico); dimensões: 32 mm x 50 mm e 30 ml de capacidade. Catmat: 409773 - quantidade: 15 unidades - nome padrão: pesa-filtro de 30 ml.	Lfda-pe/iqa-bev-20	409773	Pesa filtro de 30 ml	20	15 unidades	20	R\$ 82,28	R\$ 1.645,60
116	Pesa-filtro foma alta em vidro borossilicato; características: forma alta com tampa esmerilhada; fabricado em vidro borossilicato; temperatura de trabalho: até 300°C (sem tampa) com a tampa: 120°C (sem choque termico); dimensões: 38 mm x 60 mm e 50 ml de capacidade.	Lfda-pe/iqa-bev-20	409778	Pesa filtro de 50 ml	20	15 unidades	20	R\$ 74,24	R\$ 1.484,80
117			409797		20		20	R\$ 74,47	

	Pesa-filtro foma alta em vidro borossilicato; características: forma alta com tampa esmerilhada; fabricado em vidro borossilicato; temperatura de trabalho: até 300°C (sem tampa) com a tampa: 120°C (sem choque termico); dimensões: 40 mm x 100 mm e 100 ml de capacidade.	Lfda-pe/ iqa-bev-20		Pesa filtro de 100 ml		15 unidades			R\$ 1.489,40
118	Pesa-filtro foma baixa em vidro borossilicato; características: forma baixa com tampa esmerilhada; fabricado em vidro borossilicato; temperatura de trabalho: até 300°C (sem tampa) com a tampa: 120°C (sem choque termico); dimensões: 40 mm x 30 mm e 30 ml de capacidade.	Lfda-pe/ iqa-bev-20	409774	Pesa filtro de 30 ml	20	15 unidades	20	R\$ 51,78	R\$ 1.035,60
119	Pesa-filtro foma baixa em vidro borossilicato; características: forma baixa com tampa esmerilhada; fabricado em vidro borossilicato; temperatura de trabalho: até 300°C (sem tampa) com a tampa: 120°C (sem choque termico); dimensões: 50 mm x 30 mm e 50 ml de capacidade.	Lfda-pe/ iqa-bev-20	409777	Pesa filtro de 50 ml	20	15 unidades	20	R\$ 59,02	R\$ 1.180,40
120	Pesa-filtro foma baixa em vidro borossilicato; características: forma baixa com tampa esmerilhada; fabricado em vidro borossilicato; temperatura de trabalho: até 300°C (sem tampa) com a tampa: 120°C (sem choque termico); dimensões: 60 mm x 40 mm e 100 ml de capacidade.	Lfda-mg/ iqa-15 Lfda-pe/ iqa-bev-20	409798	Pesa filtro de 100 ml	35	15 unidades	35	R\$ 88,24	R\$ 3.088,40
121	Seringa de amostrador automático para cromatógrafo gasoso clarus® gc., com êmbolo cilíndrico de metal e vedação com ponta de ptfe; recomendado para análises de rotina; tipo de êmbolo: êmbolo cilíndrico de metal com vedação com ponta de tetlon; especificações técnicas: diâmetro interno: 0,15 mm; comprimento: 70,0 mm; diâmetro externo: 0,63 mm; categoria: seringa de amostrador automático; tipo: fixa; capacidade de volume: 10 µl.	Lfda-pe/ iqa-bev-5	423344	Seringa para cromatógrafo gasoso	5	5 unidades	5	R\$ 645,51	R\$ 3.227,55

122	Tampa para dessecador com luva; especificações: em vidro, com luva de 55/ 38; para dessecadores de 7 litros de capacidade; dimensões: diâmetro interno: 243 mm, diâmetro externo: 305 mm, altura: 135 mm (medidas aproximadas).	Lfda-pe/ iqa-bev-2	422386	Tampa para dessecador	2	2 unidades	2	R\$ 964,29	R\$ 1.928,58
123	Vidro de relógio não-lapidado para laboratório, formato circular, côncavo, confeccionado em vidro neutro, com extremidade não-lapidada, diâmetro 100 mm.	Lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-sp/ fcs-20	408486	Vidro de relógio de 100 mm	40	20 unidades	40	R\$ 5,98	R\$ 239,20
124	Vidro de relógio não-lapidado para laboratório, formato circular, côncavo, confeccionado em vidro neutro, com extremidade não-lapidada, diâmetro 150 mm.	Lfda-pe/ iqa-bev-20	408488	Vidro de relógio de 150 mm	20	20 unidades	20	R\$ 10,69	R\$ 213,80
125	Vidro de relógio não-lapidado para laboratório, formato circular, côncavo, confeccionado em vidro neutro, com extremidade não-lapidada, diâmetro 50 mm.	Lfda-go/ iqa-40 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-sp/ fcs-20	408489	Vidro de relógio de 50 mm	80	20 unidades	80	R\$ 3,39	R\$ 271,20
126	Pipeta, tipo: sorológica, capacidade: 5 ml, material: vidro, graduação: graduada, escala: escala 0, 1 em 0, 1 ml. Características adicionais: boca larga para algodão; limite de erro 0, 1ml. Com certificado de calibração rbc.	Lfda-mg/ mic-2000 lfda-pe/ iqa-bev-20	410492	Unidade	2020	100	2020	R\$ 52,00	R\$ 105.040,00
127	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, material: vidro, tipo fundo: fundo chato, capacidade: 100 ml, acessórios: rolha de vidro. Características complementares: certificado de calibração rbc, classe a, limite de erro: 0, 08 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288.devem vir acompanhados de rolha de vidro nº 13.	Lfda-go/ iqa-15 lfda-mg/ rca-20 lfda-pe/ iqa-bev-100	409243	Unidade	135	1	135	R\$ 115,08	R\$ 15.535,80
128			413183	Unidade	35	1	35		

	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade 20 ml, acessórios: rolha de plástico. Características complementares: certificado de calibração rbc; classe a. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288.	Lfda-go/ iqa-15 lfda-mg/ rca-20						R\$ 117,47	R\$ 4.111,45
129	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 100 ml, acessórios: rolha de plástico. Características complementares: certificado de calibração rbc, classe a, limite de erro: 0, 08 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288. Rolha intercambiável em polietileno.	Lfda-go/ fcs-20 lfda-go/ iqa-20 lfda-mg/ iqa-60 lfda-pa/ iqa-ala-20 lfda-pe/ iqa-bev-100 lfda-sp/ fcs-50 lfda-sp/ iqa-beb-50	409252	Unidade	320	1	320	R\$ 65,00	R\$ 20.800,00
130	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 1000 ml, acessórios: rolha de plástico. Características complementares: certificado individual de calibração rbc, classe a, limite de erro de 0, 3 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288. Acompanhados de rolha de polietileno n° 22.	Lfda-mg/ iqa-5 lfda-pe/ iqa-bev-5 lfda-sp/ fcs-2 lfda-sp/ iqa-beb-6	409248	Unidade	18	1	18	R\$ 244,85	R\$ 4.407,30
131	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 200 ml, acessórios: rolha de plástico. Características complementares: certificado de	Lfda-go/ fcs-20 lfda-go/ iqa-20 lfda-mg/ iqa-60 lfda-sp/ fcs-	413184	Unidade	156	1	156	R\$ 121,17	R\$ 18.902,52

	calibração rbc, classe a, limite de erro: 0, 10 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288. Rolha nº13.	50 lfda-sp/ iqa-beb-6							
132	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 1000 ml. Características complementares: certificado de calibração rbc, classe a, limite de erro: 0, 10 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288. Rolha intercambiável em polietileno.	Lfda-go/ iqa-3 lfda-pe/ iqa-bev-5	602402	Unidade	8	1	8	R\$ 185,64	R\$ 1.485,12
133	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 200 ml, acessórios: rolha de vidro. Características complementares: certificado de calibração rbc, classe a, limite de erro: 0, 10 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288. Rolha intercambiável em polietileno.	Lfda-mg/ rca-20	418867	Unidade	20	1	20	R\$ 122,79	R\$ 2.455,80
134	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 2000 ml, acessórios: rolha de plástico. Características complementares: certificado individual de calibração rbc, classe a, limite de erro de 0, 17 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-	Lfda-go/ iqa-2 lfda-pe/ iqa-bev-4 lfda-sp/ iqa-beb-6	409249	Unidade	12	1	12	R\$ 265,02	R\$ 3.180,24

	288. Acompanhados de rolha de polietileno nº 27.								
135	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 25 ml, acessórios: rolha de vidro. Características complementares: deve vir acompanhado de certificado individual de calibração rbc de laboratório com melhor capacidade de medição máxima de 0, 01 ml e certificado de garantia e especificação técnica com as informações sobre coeficiente de expansão térmica do vidro, especificações construtivas e volumetria. Os balões devem vir acompanhados de rolha de vidro nº 09.	Lfda-go/ iqa-15 lfda-mg/ rca-20 lfda-pe/ iqa-bev-10	409236	Unidade	45	1	45	R\$ 98,43	R\$ 4.429,35
136	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 250 ml, acessórios: rolha de plástico. Características complementares: certificado individual de calibração rbc, classe a, limite de erro: 0, 12 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288.	Lfda-go/ fcs-10 lfda-go/ iqa-15 lfda-mg/ iqa-30 lfda-mg/ rca-20 lfda-sp/ fcs-50 lfda-sp/ iqa-beb-12	409245	Unidade	137	1	137	R\$ 127,36	R\$ 17.448,32
137	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 5 ml, acessórios rolha de vidro. Características complementares: certificado de calibração rbc, classe a, limite de erro: 0, 02 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288. Devem vir acompanhados de rolha de vidro nº 08.	Lfda-go/ iqa-25 lfda-mg/ iqa-30 lfda-mg/ rca-20 lfda-pa/ fcs-10 lfda-pe/ iqa-bev-10 lfda-rs/ rca-20	475007	Unidade	115	1	115	R\$ 116,85	R\$ 13.437,75
138	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro,	Lfda-go/ fcs-20 lfda-go/	409251	Unidade	197	1	197	R\$ 93,92	R\$ 18.502,24

	capacidade: 50 ml, acessórios: rolha de plástico. Características complementares: certificado de calibração rbc, classe a, limite de erro: 0, 05 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288. Rolha intercambiável em polietileno.	iqa-15 lfda-mg/ iqa-50 lfda-pe/ iqa-bev-50 lfda-sp/ fcs-50 lfda-sp/ iqa-beb-12							
139	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 50 ml, acessórios: rolha de vidro. Características complementares: certificado de calibração rbc, classe a, limite de erro: 0, 05 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288. Os balões devem vir acompanhados de rolha de vidro nº 09.	Lfda-mg/ rca-20 lfda-pe/ iqa-bev-50	409242	Unidade	70	1	70	R\$ 165,42	R\$ 11.579,40
140	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo fundo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 500 ml, acessórios: rolha de plástico. Características complementares: certificado individual de calibração rbc, classe a, limite de erro: 0, 2 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288. Acompanhados de rolha de vidro nº 19.	Lfda-go/ iqa-4 lfda-mg/ iqa-10 lfda-mg/ rca-5 lfda-sp/ fcs-20 lfda-sp/ iqa-beb-6	409247	Unidade	45	1	45	R\$ 140,06	R\$ 6.302,70
141	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 10 ml, acessórios: rolha de plástico características complementares: certificado de calibração rbc; classe a, limite de erro: 0, 02 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote,	Lfda-go/ fcs-40 lfda-go/ iqa-20 lfda-mg/ iqa-40 lfda-mg/ rca-20 lfda-pa/	409241	Unidade	225	1	225	R\$ 99,35	R\$ 22.353,75

	feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288. Devem vir acompanhados de rolha de vidro n° 09.	fcs-5 lfda-pe/ iqa-bev-10 lfda-rs/ rca-20 lfda-sp/ fcs-20 lfda-sp/ iqa-beb-50							
142	Balão laboratório, tipo uso: volumétrico, tipo: fundo chato, material: vidro, capacidade: 25 ml, acessórios: rolha de plástico características adicionais: certificado de calibração rbc, classe a. Limite de erro: 0, 03 ml. Gravação e decoração, inclusive do número do lote, feita em esmalte quimicamente e termicamente resistente e permanente. Devem atender às especificações construtivas e de volumetria astm e-694, astm e-288. Rolha intercambiável em polietileno.	Lfda-go/ fcs-40 lfda-mg/ iqa-40 lfda-pe/ iqa-bev-10 lfda-sp/ fcs-50 lfda-sp/ iqa-beb-12	409287	Unidade	152	1	152	R\$ 109,85	R\$ 16.697,20
143	Bureta, material: vidro, escala: graduação máxima 0, 1 em 0, 1 ml, numerada, volume: 50 ml graduação: graduação, acessórios: com torneira de teflon. Características complementares: com coeficiente de expansão térmica linear entre 0 e 300 °c de 32-33 +/- 1, 5 x 10-7 cm/ cm/ °c, atendendo à especificação astm e-438 quanto ao material construtivo como tipo i, classe a, conforme estabelece as regulamentações astm e-542 e astm e-287. Deve ser fornecida com tampa contra pó e com torneira de ptfe fluorocarbono com furo de 2 mm, acompanhada de certificado individual de calibração rbc de laboratório subdivisão em ml de 0, 1, tolerância mais ou menos 0, 05 ml (erro mais incerteza).	Lfda-go/ iqa-2 lfda-mg/ iqa-10 lfda-pe/ iqa-bev-4 lfda-sp/ iqa-beb-3	630765	Unidade	19	1	19	R\$ 155,13	R\$ 2.947,47
144	Bureta, material: vidro, graduação: graduada, volume: 10 ml, escala: graduação máxima 0, 1 em 0, 1 ml, numerada, acessórios: com torneira de vidro. Características complementares: características complementares: deve ser fabricada de acordo com os requisitos de tolerância da classe a conforme estabelece	Lfda-go/ iqa-1 lfda-mg/ iqa-10 lfda-pe/ iqa-bev-5 lfda-sp/ iqa-beb-3	422552	Unidade	19	1	19	R\$ 133,55	R\$ 2.537,45

	as regulamentações astm e-542 e astm e-287. Deve vir identificada e certificada individualmente quanto à identificação e volumetria. Subdivisão em de 0, 05 ml, tolerância mais ou menos 0, 02 ml (erro mais incerteza).								
145	Bureta, material: vidro, graduação: graduada, volume: 25 ml, escala: graduação máxima 0, 1 em 0, 1 ml, numerada, acessórios: com torneira de teflon, tipo boca: boca larga. Características complementares: . Deve ser fabricada de acordo com os requisitos de tolerância da classe a conforme estabelece as regulamentações astm e-542 e astm e-287. Deve vir identificada e certificada individualmente quanto à identificação e volumetria.	Lfda-pe/ iqa-bev-5	630766	Unidade	5	1	5	R\$ 164,03	R\$ 820,15
146	Bureta, material: vidro, graduação: graduada, volume: 25 ml, escala: graduação máxima 0, 1 em 0, 1 ml, numerada, acessórios: com torneira de teflon. Características complementares: . Deve ser fabricada de acordo com os requisitos de tolerância da classe a conforme estabelece as regulamentações astm e-542 e astm e-287. Deve vir identificada e certificada individualmente quanto à identificação e volumetria. Subdivisão em ml de 0, 1, tolerância mais ou menos 0, 03 ml (erro mais incerteza).	Lfda-go/ fcs-2 lfda-go/ iqa-2 lfda-mg/ iqa-10 lfda-pe/ iqa-bev-5 lfda-sp/ fcs- 3 lfda-sp/ iqa-beb-3	630773	Unidade	25	1	25	R\$ 164,48	R\$ 4.112,00
147	Bureta, material: vidro, graduação: graduada, volume: 50 ml, escala: graduação máxima 0, 1 em 0, 1 ml, numerada, acessórios: com torneira de teflon, tipo boca: boca larga. Características complementares: . Deve ser fabricada de acordo com os requisitos de tolerância da classe a conforme estabelece as regulamentações astm e-542 e astm e-287. Deve vir identificada e certificada individualmente quanto à identificação e volumetria.	Lfda-pe/ iqa-bev-4	630765	Unidade	4	1	4	R\$ 150,10	R\$ 600,40

148	Butirômetro, material: vidro, modelo: segundo gerber, capacidade: 25 ml, graduação: graduado, escala: escala até 35%, componentes: com rolha e copo. Características complementares: para utilização no método van gulik; com copo de vidro com muitos furos; duas rolhas com dureza 38 +/- 0,5 irhd; escala para indicação percentual de gordura de 0% a 40%; produzido com dimensões, materiais e graduações de acordo com a norma internacional iso 3432: 2008; com certificado de calibração rbc; calibrado nas faixas 0-15%, 15-30% e 30-40%; com erro máximo em cada faixa de no máximo 0,25%. (conforme item 5.6.b da norma internacional iso 488: 2008).	Lfda-go/ iqa-10	412114	Unidade	10	1	10	R\$ 170,51	R\$ 1.705,10
149	Butirômetro, material: vidro, modelo: segundo gerber, capacidade: 25 ml, graduação: graduado, escala: escala até 8%, componentes: com rolha e copo. Características complementares: pescoço ou colo liso, com escudo esmerilhado na ampola, com tampão duplo-cônico de borracha 36x12/ 14mm, para quantidade de leite de 10.73 cc - 11.0 cc, escala para indicação percentual de gordura láctea de 0,0% a 8,0%, com divisão de 0,1%; produzido conforme a norma internacional iso 488: 2008; com certificado de calibração rbc; calibrado nas faixas 0 a 2,5%, 2,5 a 5,0% e 5,0 a 7,5%; com erro em cada faixa de no máximo 0,05% (conforme item 5.6.b da norma internacional iso 488: 2008).	Lfda-go/ iqa-15 lfda-mg/ iqa-20	423579	Unidade	35	1	35	R\$ 105,30	R\$ 3.685,50
150	Pipeta, tipo: volumétrica, capacidade 20 ml, material: vidro, esgotamento: esgotamento total. Características complementares: calibrada de acordo com os requisitos de tolerância da classe a conforme estabelece as regulamentações astm e-542 e astm e-969. Cada pipeta deve vir serializada individualmente e fornecida com um certificado de identificação e capacidade, rastreável pelos padrões nist e codificada por	Lfda-go/ fcs-5 lfda-mg/ iqa-20 lfda-pa/ iqa-ala-5 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-rs/ iqa-20 lfda-sp/ fcs-5 lfda-sp/ iqa-beb-12	414252	Unidade	87	1	87	R\$ 108,32	R\$ 9.423,84

	cor. Deve vir acompanhada de certificado individual de calibração rbc. Cor amarela.								
151	Pipeta, tipo: volumétrica, capacidade: 10 ml, material: vidro, características complementares: fabricada em vidro borossilicato, calibrada de acordo com os requisitos de tolerância da classe a conforme estabelece as regulamentações astm e-542 e astm e-969. Cada pipeta deve vir serializada individualmente e fornecida com um certificado de identificação e capacidade, rastreável pelos padrões nist e codificada por cor. Deve vir acompanhada de certificado individual de calibração rbc.	Lfda-go/ fcs-5 lfda-mg/ iqa-40 lfda-pa/ iqa-ala-10 lfda-pe/ iqa-bev-50 lfda-rs/ iqa-20 lfda-sp/ fcs-5	414260	Unidade	130	1	130	R\$ 98,75	R\$ 12.837,50
152	Pipeta, tipo: volumétrica, capacidade: 100 ml, material: vidro. Característica complementar: calibrada de acordo com os requisitos de tolerância da classe a conforme estabelece as regulamentações astm e-542 e astm e-969. Cada pipeta deve vir serializada individualmente e fornecida com um certificado de identificação e capacidade, rastreável pelos padrões nist e codificada por cor. Deve vir acompanhada de certificado individual de calibração rbc. Tolerância 0, 08, comprimento aproximado 565 mm.	Lfda-go/ fcs-5 lfda-pe/ iqa-bev-10 lfda-rs/ iqa-2 lfda-sp/ fcs-5 lfda-sp/ iqa-beb-6	414263	Unidade	28	1	28	R\$ 270,04	R\$ 7.561,12
153	Pipeta, tipo: volumétrica, capacidade: 15 ml, material: vidro, características complementares: calibrada de acordo com os requisitos de tolerância da classe a conforme estabelece as regulamentações astm e-542 e astm e-969. Cada pipeta deve vir serializada individualmente e fornecida com um certificado de identificação e capacidade, rastreável pelos padrões nist. Deve vir acompanhada de certificado individual de calibração rbc. Cor verde	Lfda-go/ fcs-5 lfda-mg/ iqa-10 lfda-pe/ iqa-bev-10 lfda-sp/ fcs-5	414269	Unidade	30	1	30	R\$ 104,94	R\$ 3.148,20
154	Pipeta, tipo: volumétrica, capacidade: 2 ml, material: vidro, características complementares: classe a,	Lfda-mg/ iqa-10 lfda-pe/ iqa-bev-5	414258	Unidade	15	1	15	R\$ 80,58	R\$ 1.208,70

	acompanha certificado de calibração rbc - rede brasileira de calibração, limite de erro: 0,02 ml								
155	Pipeta, tipo: volumétrica, capacidade: 25 ml, material: vidro, esgotamento: esgotamento total. Características complementares: calibrada de acordo com os requisitos de tolerância da classe a conforme estabelece as regulamentações astm e-542 e astm e-969. Cada pipeta deve vir serializada individualmente e fornecida com um certificado de identificação e capacidade, rastreável pelos padrões nist. Acompanhada de certificado individual de calibração rbc. Cor azul.	Lfda-go/ fcs-5 lfda-mg/ iqa-10 lfda-pe/ iqa-bev-30 lfda-rs/ iqa-2 lfda-sp/ fcs-5 lfda-sp/ iqa-beb-12	414246	Unidade	64	1	64	R\$ 115,30	R\$ 7.379,20
156	Pipeta, tipo: volumétrica, capacidade: 40 ml, material: vidro, esgotamento: esgotamento total, classe a. Características complementares: calibrada de acordo com os requisitos de tolerância da classe a conforme estabelece as regulamentações astm e-542 e astm e-969. Cada pipeta deve vir serializada individualmente e fornecida com um certificado de identificação e capacidade, rastreável pelos padrões nist e codificada por cor. Deve vir acompanhada de certificado individual de calibração rbc. Limite de erro 0,4 ml.	Lfda-go/ fcs-5	604512	Unidade	5	1	5	R\$ 147,34	R\$ 736,70
157	Pipeta, tipo: volumétrica, capacidade: 50 ml, material: vidro, esgotamento: esgotamento total. Características complementares: calibrada de acordo com os requisitos de tolerância da classe a conforme estabelece as regulamentações astm e-542 e astm e-969. Cada pipeta deve vir serializada individualmente e fornecida com um certificado de identificação e capacidade, rastreável pelos padrões nist e codificada por cor. Deve vir acompanhada de certificado individual de calibração rbc.	Lfda-go/ fcs-5 lfda-pe/ iqa-bev-10 lfda-sp/ fcs-5 lfda-sp/ iqa-beb-12	414253	Unidade	32	1	32	R\$ 154,99	R\$ 4.959,68

158	Proveta, material: vidro, graduação: graduada, base: base em vidro, capacidade: 250 ml, acessórios: com rolha de vidro. Características complementares: com tampa de vidro nº22, com graduação permanente, em esmalte branco resistente, base sextavada em vidro, intervalo de graduação de 2, 0 ml, calibrada para "conter", em conformidade com as especificações astm e-1272 e astm e-5432, limite de erro + incerteza de +/- 1, 5 ml, com certificado de calibração individual rbc.	Lfda-mg/ iqa-15 lfda-mg/ ust-48 lfda-pa/ rca-6 lfda-pe/ iqa-bev-20	452397	Unidade	89	1	89	R\$ 175,00	R\$ 15.575,00
159	Sistema de filtração de fase móvel para hplc, resistente a solventes orgânicos ou corrosivos, com altura total de 430 mm, composto de: funil de vidro fabricado em borossilicato 3.3 com capacidade de 300 ml e 76 mm de diâmetro; base tubular de vidro borossilicato 3.3 de 47 mm de diâmetro com filtro sinterizado, boca esmerilhada formato macho e área de filtração de 9,6 cm quadrados; grampo de alumínio anodizado e frasco erlenmeyer de vidro borossilicato 3.3 com capacidade de 1 l	Lfda-pe/ iqa-bev-2 lfda-sp/ iqa-poa-2	411052	Unidade/ sistema	4	1	4	R\$ 563,10	R\$ 2.252,40
160	Placa de petri, material: plástico, formato: redonda, dimensões: cerca de 15 x 60 mm, esterilidade: estéril, tipo uso: descartável. Características complementares: em poliestireno, sem divisória.	Lfda-mg/ mic-600	430924	Unidade/ placa	600	10	600	R\$ 0,65	R\$ 390,00
161	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade: cerca de 20 ml, tipo boca: para injetáveis. Características complementares: frasco penicilina injetáveis de vidro neutro.	Lfda-sp/ mic-200	443601	Unidade/ frasco	200	1	200	R\$ 1,68	R\$ 336,00
162	Frasco em vidro borossilicato 3.3 incolor com tampa rosqueável confeccionada em material autoclavável com capacidade para 20 ml. Medindo aproximadamente 6,0 cm de altura x 2,5 cm de diâmetro.	Lfda-pe/ iqa-bev-30 lfda-sp/ iqa-beb-20 lfda-sp/ mic-200	444144	Unidade/ frasco	250	1	250	R\$ 71,10	R\$ 17.775,00

163	Tubo de ensaio fabricado em vidro borossilicato neutro classe a, sem borda, com diâmetro de 12 mm e altura de 120 mm.	Lfda-sp/ mic-300	409032	Unidade/ tubo	300	10	300	R\$ 0,81	R\$ 243,00
164	Tubo de ensaio fabricado em vidro borossilicato neutro classe a, sem borda, com diâmetro de 15 mm e altura de 150 mm.	Lfda-rs/ mic-1500 lfda-sp/ mic-700	409036	Unidade/ tubo	2200	10	2200	R\$ 1,70	R\$ 3.740,00
165	Tubo de ensaio fabricado em vidro borossilicato neutro classe a, sem borda, com diâmetro de 18,5 mm e altura de 180 mm.	Lfda-sp/ mic-700	409040	Unidade/ tubo	700	10	700	R\$ 2,66	R\$ 1.862,00
166	Tubo de ensaio fabricado em vidro borossilicato neutro classe a, sem borda, com diâmetro de 12 mm e altura de 100 mm.	Lfda-rs/ mic-1500 lfda-sp/ mic-200	409032	Unidade/ tubo	1700	10	1700	R\$ 0,89	R\$ 1.513,00
167	Proveta, material: vidro, graduação: graduada, capacidade: 250 ml, base: base plástica, adicional: com orla e bico. Características adicionais: faixas em azul gravadas a ácido, pé de polietileno sextavado, sem rolha.	Lfda-mg/ mic-5 lfda-mg/ ust-48 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-sp/ mic-40	409879	Unidade	113	1	113	R\$ 36,80	R\$ 4.158,40
168	Lamínula para microscopia, fabricada em vidro translúcido de alta qualidade, superfície sem imperfeições, espessura de 0,13 a 0,16mm, 24 x 24 mm. Uma unidade equivale a uma caixa com 100 unidades.	Lfda-sp/ mic-20	409643	Unidade	20	1	20	R\$ 0,06	R\$ 1,20
169	Lâmina para microscopia, fabricada em vidro translúcido de alta qualidade, superfície sem imperfeições, fosca, lapidada, 1,0 a 1,2 mm de espessura, medindo aproximadamente 2,6 cm x 7,6 cm. Uma unidade equivale a uma caixa com 50 unidades.	Lfda-sp/ mic-10	409705	Unidade	10	1	10	R\$ 0,18	R\$ 1,80
170	Frasco para diluição tipo "garrafinha" com capacidade aproximada de 30 ml, confeccionado em vidro borossilicato 3.3 transparente, com medidas aproximadas de 78 mm de altura total, 37 mm de altura do gargalo da base até a boca, 18 mm de diâmetro externo da boca do gargalo e 32 mm de diâmetro da base, acompanhados das respectivas	Lfda-sp/ mic-500	430263	Unidade	500	1	500	R\$ 46,56	R\$ 23.280,00

	tampas kimble aço inoxidável com 19/ 20 mm de diâmetro.								
171	Frasco laboratório, material: vidro borossilicato 3.3 âmbar, capacidade: 1000 ml, graduação: graduado, tipo boca: boca larga, tipo tampa: tampa rosqueável com vedação, características complementares: dispositivo antigotas.	Lfda-mg/ iqa-10 lfda-pe/ iqa-bev-20	409428	Unidade	30	1	30	R\$ 191,93	R\$ 5.757,90
172	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade: 250ml, graduação: graduado, tipo: reagente, tipo tampa: tampa rosqueável com vedação. Características complementares: com anel de vedação (anti gotas), tampa em polipropileno de alta resistência, rosca azul, autoclavável até 140°C, material: vidro borossilicato.	Lfda-mg/ iqa-10 lfda-mg/ mic-100 lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-sp/ fcs-20 lfda-sp/ mic-100	433848	Unidade	250	1	250	R\$ 31,39	R\$ 7.847,50
173	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade: 50ml, graduação: graduado, tipo: reagente, tipo tampa: tampa rosqueável com vedação. Características complementares: com anel de vedação (anti gotas), tampa em polipropileno de alta resistência, rosca azul, autoclavável até 140°C, material: vidro borossilicato.	Lfda-mg/ iqa-10 lfda-mg/ ust-48 lfda-pe/ iqa-bev-50 lfda-sp/ fcs-20 lfda-sp/ mic-15	433850	Unidade	143	1	143	R\$ 55,52	R\$ 7.939,36
174	Bureta, material vidro âmbar, graduação graduada, volume 50 ml, escala graduação máxima 0,1 em 0,1 ml, numerada, acessórios com torneira de teflon. Especificações: bureta de vidro borossilicato, classe as, capacidade de 50 mililitros, cor âmbar, divisão de 0,1 mililitro, tolerância de mais ou menos 0,05 mililitro, fabricada de acordo com a norma din en iso 385 (anexar certificado de conformidade do fabricante à proposta encaminhada), coluna única e reta (com reservatório para solução), principais graduações circulares. Coloração âmbar uniforme, durável e quimicamente resistente com proteção uv até aproximadamente 500 mm de comprimento de onda. Torneira em formato cilíndrico (válvula	Lfda-pe/ iqa-bev-2	630765	Unidade	2	1	2	R\$ 310,69	R\$ 621,38

	<p>agulha de ptfe), com rosca, ranhuras verticais para facilitar o manuseio e macho em ptfe em chave intermediária. Critérios para calibração: a bureta deve ser calibrada individualmente em três pontos: 15,0 mililitros, 30,0 mililitros e 50,0 mililitros, e a soma dos valores do erro sistemático mais a incerteza deve ser inferior a 0,05 mililitro no valor nominal. Tipo de embalagem: embalagem com 1 unidade(s). Especificação complementar: o produto deve ser fabricado em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585. O fornecedor deverá apresentar comprovação de que o produto atende a todas as especificações exigidas no momento da avaliação da proposta, incluindo a referência em catálogo do fabricante. A calibração deverá ser realizada por laboratório acreditado pelo inmetro junto a rbc (rede brasileira de calibração). A vidraria deve ser entregue juntamente com o certificado de calibração que contenha os itens especificados pela abnt nbr iso iec 17025, conforme exigência do inmetro.</p>								
175	<p>Pipeta, tipo volumétrica, capacidade 3 ml, material vidro, esgotamento esgotamento total. Especificações: pipeta volumétrica de vidro borossilicato com capacidade de 3 ml, classe as, conforme a norma iso 648. Especificações: código de cor preto, esgotamento total, calibradas por vertido (td, ex), tempo de espera de 5 s, limite de erro de $\pm 0,010$ ml, certificado de calibração individual realizada por laboratório acreditado pelo inmetro junto a rbc ou organismo internacional equivalente incluído, codificada de acordo com a iso 1769. A linha de graduação deve ser nítida, permanente e uniforme, circundando totalmente o tubo e as seguintes inscrições devem estar marcadas de forma</p>	<p>Lfda-pa/iqa-ala-5 lfda-pe/iqa-bev-5</p>	414250	Unidade	10	1	10	R\$ 67,74	R\$ 677,40

	<p>permanentes e legíveis na pipeta: capacidade nominal, inscrição da temperatura de referência (20 graus celsius), classe da pipeta, marca do fabricante e o tempo de escoamento. A pipeta deve ser fabricada em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e694 e astm e969, ou iso 648. Quando for solicitada a calibração individual da pipeta, um código individual deve estar gravado de forma permanente no corpo da vidraria, com esmalte quimicamente e termicamente resistente. A pipeta deve ser entregue juntamente com o certificado de calibração que contenha os itens especificados pela abnt nbr iso iec 17025, conforme exigência do inmetro.</p>								
176	<p>Pipeta, tipo volumétrica, capacidade 5 ml, material vidro, esgotamento esgotamento total. Especificações: pipeta volumétrica de vidro borossilicato com capacidade de 5 ml, classe as, conforme a norma iso 648. Especificações: código de cor branco, esgotamento total, calibradas por vertido (td, ex), tempo de espera de 7 s, limite de erro de $\pm 0,015$ ml, certificado de calibração individual realizada por laboratório acreditado pelo inmetro junto a rbc ou organismo internacional equivalente incluído, codificada de acordo com a iso 1769. A linha de graduação deve ser nítida, permanente e uniforme, circundando totalmente o tubo e as seguintes inscrições devem estar marcadas de forma permanentes e legíveis na pipeta: capacidade nominal, inscrição da temperatura de referência (20 graus celsius), classe da pipeta, marca do fabricante e o tempo de escoamento. A pipeta deve ser fabricada em vidro borossilicato</p>	<p>Lfda-mg/ iqa-10 lfda-pa/ iqa-ala-5 lfda-pe/ iqa-bev-30</p>	414266	Unidade	45	1	45	R\$ 93,00	R\$ 4.185,00

	com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e694 e astm e969, ou iso 648. Quando for solicitada a calibração individual da pipeta, um código individual deve estar gravado de forma permanente no corpo da vidraria, com esmalte quimicamente e termicamente resistente. A pipeta deve ser entregue juntamente com o certificado de calibração que contenha os itens especificados pela abnt nbr iso iec 17025, conforme exigência do inmetro.								
177	Pipeta, tipo volumétrica, capacidade 6 ml, material vidro, esgotamento total, classe as. Especificações: pipeta volumétrica de vidro borossilicato com capacidade de 6 ml, classe as, conforme a norma iso 648. Esgotamento total, calibradas por vertido (td, ex), certificado de calibração individual realizada por laboratório acreditado pelo inmetro junto a rbc ou organismo internacional equivalente incluído, codificada de acordo com a iso 1769. A linha de graduação deve ser nítida, permanente e uniforme, circundando totalmente o tubo e as seguintes inscrições devem estar marcadas de forma permanentes e legíveis na pipeta: capacidade nominal, inscrição da temperatura de referência (20 graus celsius), classe da pipeta, marca do fabricante e o tempo de escoamento. A pipeta deve ser fabricada em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e694 e astm e969,	Lfda-pe/iqa-bev-5	453985	Unidade	5	1	5	R\$ 134,67	R\$ 673,35

	ou iso 648. Quando for solicitada a calibração individual da pipeta, um código individual deve estar gravado de forma permanente no corpo da vidraria, com esmalte quimicamente e termicamente resistente. A pipeta deve ser entregue juntamente com o certificado de calibração que contenha os itens especificados pela abnt nbr iso iec 17025, conforme exigência do inmetro.								
178	Pipeta, tipo volumétrica, capacidade 8 ml, material vidro, esgotamento total, classe as. Especificações: pipeta volumétrica de vidro borossilicato com capacidade de 8 ml, classe as, conforme a norma iso 648. Esgotamento total, calibradas por vertido (td, ex), certificado de calibração individual realizada por laboratório acreditado pelo inmetro junto a rbc ou organismo internacional equivalente incluído, codificada de acordo com a iso 1769. A linha de graduação deve ser nítida, permanente e uniforme, circundando totalmente o tubo e as seguintes inscrições devem estar marcadas de forma permanentes e legíveis na pipeta: capacidade nominal, inscrição da temperatura de referência (20 graus celsius), classe da pipeta, marca do fabricante e o tempo de escoamento. A pipeta deve ser fabricada em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e694 e astm e969, ou iso 648. Quando for solicitada a calibração individual da pipeta, um código individual deve estar gravado de forma permanente no corpo da vidraria, com esmalte quimicamente e termicamente resistente. A pipeta deve ser entregue juntamente com o certificado de calibração que contenha os itens especificados	Lfda-pe/ iqa-bev-5	453986	Unidade	5	1	5	R\$ 99,02	R\$ 495,10

	pela abnt nbr iso iec 17025, conforme exigência do inmetro.								
179	Pipeta, tipo volumétrica, capacidade 11 ml, material vidro, esgotamento total, classe as. Especificações: pipeta volumétrica de vidro borossilicato com capacidade de 11 ml, classe as, conforme a norma iso 648. Esgotamento total, calibradas por vertido (td, ex), certificado de calibração individual realizada por laboratório acreditado pelo inmetro junto a rbc ou organismo internacional equivalente incluído, codificada de acordo com a iso 1769. A linha de graduação deve ser nítida, permanente e uniforme, circundando totalmente o tubo e as seguintes inscrições devem estar marcadas de forma permanentes e legíveis na pipeta: capacidade nominal, inscrição da temperatura de referência (20 graus celsius), classe da pipeta, marca do fabricante e o tempo de escoamento. A pipeta deve ser fabricada em vidro borossilicato com coeficiente de expansão linear não superior a trinta e três vezes dez elevado a menos sete por grau celsius, na faixa de temperatura de vinte a trezentos graus celsius, atendendo a especificação astm e438 ou iso 3585, com especificações construtivas e volumétricas que atendam as normas astm e694 e astm e969, ou iso 648. Quando for solicitada a calibração individual da pipeta, um código individual deve estar gravado de forma permanente no corpo da vidraria, com esmalte quimicamente e termicamente resistente. A pipeta deve ser entregue juntamente com o certificado de calibração que contenha os itens especificados pela abnt nbr iso iec 17025, conforme exigência do inmetro.	Lfda-mg/iqa-30 lfda-pe/iqa-bev-5	422643	Unidade	35	1	35	R\$ 109,43	R\$ 3.830,05
180	Pipeta de pasteur em vidro, capacidade de 3 mililitros, com ponta longa. Dimensões: comprimento de aproximadamente 230 milímetros, espessura mínima de parede de 1 milímetro.	Lfda-pe/iqa-bev-250	411079	Unidade	250	250	250	R\$ 0,47	R\$ 117,50

	Tipo de embalagem: caixa com 250 unidade(s).								
181	Pipeta, tipo: sorológica graduada com bocal de algodão, esgotamento total. Capacidade: 10 ml, graduação de 1/ 10 ml, limite de erro de 0,05. Material: vidro classe a, características complementares: fabricada em vidro borossilicato, calibrada a 20°C.	Lfda-mg/ mic-1000 lfda-pe/ iqa-bev-50	410500	Unidade de fornecimento	1050	1	1050	R\$ 100,97	R\$ 106.018,50
182	Pipeta, tipo: sorológica graduada com bocal de algodão, esgotamento total. Capacidade: 5 ml, graduação de 1/ 10 ml, limite de erro de 0,03. Material: vidro classe a, características complementares: fabricada em vidro borossilicato, calibrada a 20°C.	Lfda-mg/ mic-2000 lfda-pe/ iqa-bev-50	410493	Unidade	2050	1	2050	R\$ 88,50	R\$ 181.425,00
183	Pipeta, tipo: sorológica graduada com bocal de algodão, esgotamento total. Capacidade: 2 ml, graduação de 1/ 10 ml, limite de erro de 0,01. Material: vidro classe a, características complementares: fabricada em vidro borossilicato, calibrada a 20°C.	Lfda-mg/ mic-4000	410565	Unidade	4000	1	4000	R\$ 88,50	R\$ 354.000,00
184	Pipeta, tipo: sorológica graduada com bocal de algodão, esgotamento total. Capacidade: 1 ml, graduação de 1/ 10 ml, limite de erro de 0,006. Material: vidro classe a, características complementares: fabricada em vidro borossilicato, calibrada a 20°C.	Lfda-mg/ mic-3000	410570	Unidade	3000	1	3000	R\$ 98,70	R\$ 296.100,00
185	Frasco laboratório, tipo: reagente, material: vidro âmbar, capacidade: 5 ml, tipo tampa: tampa rosqueável com vedação. Características adicionais: tampa rosqueável em ptfe com batoque para vedação.	Lfda-go/ rca-400 lfda-pe/ iqa-bev-50	438790	Unidade/ frasco	450	1	450	R\$ 1,99	R\$ 895,50
186	Tubo laboratório, tipo: centrífuga, material: polipropileno, tipo fundo: fundo cônico, capacidade: 15 ml, acessórios: tampa rosqueável, graduação: graduado, esterilidade: estéril, uso: descartável	Lfda-sp/ iqa-beb-200 lfda-sp/ mag-7000	431205	Unidade	7200	25	7200	R\$ 0,63	R\$ 4.536,00

187	Condensador, tipo allihn, material vidro borossilicato, tipo coluna em bola, comprimento cerca de 40cm, com 2 juntas esmerilhada 24/ 40 (macho e fêmea)	Lfda-go/ fcs-4 lfda-pe/ iqa-bev-10 lfda-sp/ fcs-6	409194	Unidade	20	1	20	R\$ 158,40	R\$ 3.168,00
188	Frasco laboratório, material: vidro, capacidade: 100ml, graduação: graduado, tipo: reagente, tipo tampa: tampa rosqueável com vedação. Características complementares: com anel de vedação (anti gotas), tampa em polipropileno de alta resistência, rosca azul, autoclavável até 140°C, com septo de silicone, material: vidro borossilicato	Lfda-pe/ iqa-bev-30 lfda-sp/ fcs-20	433851	Unidade	50	1	50	R\$ 28,18	R\$ 1.409,00
189	Pérola de vidro fabricada em vidro borossilicato 3.3, diâmetro de 5mm em embalagem com 1kg	Lfda-go/ fcs-1 lfda-go/ iqa-1 lfda-mg/ mic-1 lfda-sp/ iqa-beb-1	409549	Quilograma	4	1	4	R\$ 136,33	R\$ 545,32
190	Tubo capilar de vidro, sem heparina, comprimento 75mm, diâmetro interno 1,0mm e diâmetro externo 1,5mm. Uma unidade equivale a uma caixa com 500 tubos.	Lfda-sp/ iqa-beb-5	414714	Unidade	5	1	5	R\$ 29,77	R\$ 148,85
191	proveta, material: vidro, graduação: graduada, capacidade: 500 ml, base: base plástica, adicional: com orla e bico. Características adicionais: faixas em azul gravadas a ácido, pé de polietileno sextavado, sem rolha.	Lfda-mg/ ust-48 lfda-sp/ mic-30	409882	Unidade	78	1	78	R\$ 57,22	R\$ 4.463,16
192	erlenmeyer, material: vidro borossilicato 3.3, graduação: graduado, volume: 500 ml, tipo boca: boca larga, adicional: com orla.	Lfda-pe/ iqa-bev-20 lfda-sp/ mic-30	409396	Unidade	50	1	50	R\$ 37,82	R\$ 1.891,00
193	erlenmeyer, material: vidro borossilicato 3.3, graduação: graduado, volume: 1000 ml, tipo boca: boca larga, adicional: com orla.	Lfda-sp/ mic-30	409398	Unidade	30	1	30	R\$ 57,87	R\$ 1.736,10
194	Copo graduado tipo griffin, forma baixa, espessura de	Lfda-pe/ iqa-bev-50	408275	Unidade	86	1	86	R\$ 10,99	R\$ 945,14

	parede reforçada ("heavy duty") fabricado em vidro borossilicato de baixa expansão, com coeficiente de expansão térmica linear entre 0 e 300 °c de 32-33 +/- 1,5 x 10-7 cm/ cm/ °c, atendendo à especificação astm e-438 quanto ao material construtivo como tipo i, classe a. Gravação e decoração devem ser quimicamente e termicamente resistente e permanente. Especificações construtivas e volumetria: dimensional e espessuras de parede, presença de inclusões (bolhas, pedras e cordas) e decoração devem atender às especificações construtivas da astm e-960. O lábio deve ser livre de reborbulhamento, com bico bem formado. Capacidade de 50 ml, escala de divisão 10/ 40, intervalo de graduação 10 ml, com erro máximo de mais ou menos 5% gravado na peça. Deve vir acompanhado de certificado de garantia e especificação técnica emitido pelo fabricante	lfda-sp/ iqa-beb-36							
195	Copo graduado tipo griffin, forma baixa, espessura de parede reforçada ("heavy duty") fabricado em vidro borossilicato de baixa expansão, com coeficiente de expansão térmica linear entre 0 e 300 °c de 32-33 +/- 1,5 x 10-7 cm/ cm/ °c e, desta forma atendendo à especificação astm e-438 quanto ao material construtivo como tipo i, classe a. Gravação e decoração devem ser quimicamente e termicamente resistente e permanente especificações construtivas e volumetria: dimensional e espessuras de parede, presença de inclusões (bolhas, pedras e cordas) e decoração devem atender às especificações construtivas da astm e-960. O lábio deve ser livre de reborbulhamento, com bico bem formado. Capacidade de 100 ml, escala de divisão 20/ 80, intervalo de graduação 10 ml, com erro máximo de mais ou menos 5% gravado na peça. Peça. Deve vir acompanhado de certificado de garantia e especificação técnica emitido pelo fabricante	Lfda-pe/ iqa-bev-50 lfda-sp/ iqa-beb-36	408277	Unidade	86	1	86	R\$ 9,40	R\$ 808,40

196	Câmara de contagem tipo neubauer. Características: malhas de leitura gravadas diretamente no vidro; desenho da malha: neubauer; profundidade: 0,100 mm; resolução: 0,0025mm ² ; volume: 0,1µl.deve apresentar fosso em forma de h formando duas áreas de contagem, ou platôs. Deve possuir uma barra em "v" no lado de carregamento de cada platô para facilitar o carregamento e reduzir a possibilidade de transbordamento para o fosso. Cada platô deve exibir traçados como em câmara de neubauer.	Lfda-mg/ dia/ lddv-3	411380	Unidade	3	1	3	R\$ 435,60	R\$ 1.306,80
197	Copo. Material: vidro; capacidade: 130 ml; tipo: conforme padrão coi/ t.20/ doc. No 5/ rev. 2 2020; características adicionais: copo oficial de prova de azeite de oliva, cor azul	Lfda-rs/ cve-100	627420	Unidade	100	1	100	R\$ 95,00	R\$ 9.500,00

1.2. Ressaltamos que caso haja menção às marcas nos itens solicitados no quadro de itens acima, favor considerar a expressão “**equivalente, similar ou de melhor qualidade**”.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. . O prazo de vigência da contratação será de até 240 (duzentos e quarenta) dias para os produtos nacionais e/ou importados, contados a partir da assinatura do instrumento substitutivo ao contrato ou da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - Advocacia Geral da União (AGU):

4.1.1. A Contratada durante toda a vigência do contrato, deverá adotar as práticas de sustentabilidade de acordo a Instrução Normativa 13, de 23 de agosto de 2021 - Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais e revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

4.1.2. Para os itens elencados na tabela 1.1 do Termo de Referência, que podem ser classificados de forma genérica nas categorias do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021, o licitante deverá encaminhar, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais:

<u>Itens</u>	<u>A atividade da contratada necessária à execução do contrato resultante do procedimento licitatório se encontra relacionada à Categoria/Código de atividade potencialmente poluidora?</u>	<u>Itens da necessidade que se enquadram à Categoria /Código</u>
1 ao 197	Não	Não se aplica

4.1.3. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao processo;

4.1.4. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

4.1.5. Essa exigência não se aplica em caso de produto importado.

4.1.6 Enquadramento à Normas do INMETRO:

4.1.6.1. Os itens que compõem a necessidade objeto do procedimento licitatório **não se enquadram** em algum objeto sujeito à avaliação de conformidade do INMETRO.

4.1.7 Enquadramento à regulação do MAPA e da ANVISA, às normas da ABNT e às legislações estadual e municipal:

<u>Item</u>	<u>Legislação e regulamentos do MAPA aplicáveis</u>	<u>Enquadramento à lista de itens sob controle regulamentar da ANVISA</u>	<u>Norma (s) ABNT que se aplica ao item</u>	<u>Legislação estadual aplicável (Minas Gerais)</u>	<u>Legislação municipal aplicável (Pedro Leopoldo)</u>
1 ao 197	Não há	Não há. Categoria 10.1. da lista de produtos não regularizados como dispositivo médico.	Não há.	Não há.	Não há.

Subcontratação:

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria:

4.4. A avaliação prévia do local de execução, poderá ser realizada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.

4.4.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do telefone 31.3660.9600 - 671 ou e-mail: dlab.lfda-mg@agro.gov.br de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.4.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes da contratação, devendo o contratado assumir os ônus das contratações decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condição de Entrega:

5.1. O prazo de entrega será de até **90 (noventa) dias** para os produtos nacionais e/ou importados, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, mediante justificativa, sujeita à aprovação da administração.

5.1.2. O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado, de acordo com a necessidade do órgão, de forma parcelada, mediante emissão de Nota de Empenho.

5.1.3. A Contratada, às suas expensas, deverá entregar os produtos, de acordo com as descrições dos itens constantes neste Termo de Referência.

5.2. Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Itens	Endereços para entregas	Horários para entregas
1, 2, 5, 7, 9, 14, 15, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 43, 45, 46, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 62, 63, 67, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 120, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 160, 167, 171, 172, 173, 176, 179, 181, 182, 183, 184, 189, 191 e 196.	LFDA/MG: Av. Rômulo Joviano s/nº, Bairro Olaria - CEP 33.250-220, Pedro Leopoldo/MG. Tel.: (31) 3660-9600 – ramal: 683, E-mail: almoxarifado.lfdamg@agro.gov.br <u>Núcleo de Almoxarifado.</u>	08h00m às 12h00m e das 13h00m às 16h00m em dias úteis.
1, 3, 7, 10, 13, 15, 17, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 42, 43, 46, 47, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 65, 67, 72, 82, 84, 85, 89, 91, 93, 98, 106, 109, 110, 137, 141, 150, 151, 152, 155, 164, 166, 197.	LFDA/RS: Estrada Retiro da Ponta Grossa, 3036 CEP: 91780-580 - Bairro Ponta Grossa - Porto Alegre/RS Tel.: (51) 3248-1926 - opção 4 E-mail: sap.lfda-rs@agro.gov.br	08h00m às 11h30m e das 13h00m às 16h30m em dias úteis.
14, 15, 22, 24, 26, 30, 31, 33, 36, 41, 45, 46, 55, 56, 57, 63, 67, 88, 98, 108, 109, 129, 137, 141, 150, 151, 158, 175, 176.	LFDA/PA: Avenida Almirante Barroso, 1234, Marco, Belém-Pará CEP: 66.093-032 Tel: (91) 3226-4233/3226-4310 E-mail: nap.lfda-pa@agro.gov.br	08h00m às 12h00m e 13h00m às 17h00m em dias úteis.
4, 5, 7, 8, 9, 14, 15, 18, 20, 22, 23, 28, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 45, 46, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 76, 78, 88, 91, 104,		

123, 125, 129, 130, 131, 134, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195.	LFDA/SP: Rua Raul Ferrari, S/N, Jardim Santa Marcelina, Campinas/SP CEP: 13.100-105. Tel.: (19) 3253-4277; (19) 3251-9924; (19) 3253-7630 E-mail: nap.lfda-sp@agro.gov.br	08h00m às 11h30m e das 13h00m às 16h30m em dias úteis.
1, 2, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 70, 73, 74, 75, 76, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 167, 171, 172, 173 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 185, 187, 188, 192, 194, 195.	LFDA/PE: Rua Manoel de Medeiros, S/N Bairro Dois Irmãos – Recife – Pernambuco CEP: 52171-030. Tel.: 81 3231-9050 E-mail: comprasrede.lfda-pe@agro.gov.br	08h30m as 11h30m e 13h00m as 16h30m em dias úteis.
1, 2, 7, 10, 11, 12, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 34, 39, 44, 46, 50, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 87, 89, 91, 104, 105, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 185, 187, 189.	LFDA/GO: Rua da Divisa, s/n, Setor Jaó, Goiânia - GO, CEP: 74674-015. Tel.: 62.3232-7200 E-mail: sap.lfda-go@agro.gov.br	08h00m às 16h30m em dias úteis.

5.2.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente e estar acompanhados da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.8. DA VALIDADE DOS PRODUTOS

5.8.1. A Contratada será responsável pela substituição e troca de produtos que por ventura estejam danificados ou em desacordo com as especificações do edital, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para os produtos nacionais ou importados.

5.8.2. Os produtos deverão possuir prazos de validade mínimos, conforme especificado no quadro do Item 1.1. deste Termo de Referência, a contar de seus recebimentos definitivos, salvo se da proposta constar prazo superior ou se a especificação do material assim o exigir, prevalecendo sempre o maior prazo.

5.8.2.1. Prazo de validade mínimo contado a partir do recebimento definitivo do item:

Itens	Prazo de validade:
1 ao 197	12 meses

5.8.2.2. Durante o prazo de validade, a Contratada obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente adulterações que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.

5.8.2.2.1. Os produtos, ainda que recebidos pelo LFDA/MG, poderão ser rejeitados durante os seus prazos de validade, se verificada alguma anormalidade quanto a aparência, medida ou forma.

5.8.2.2.2. No caso do subitem anterior, a empresa Contratada deverá substituir, sem ônus para o LFDA /MG, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do documento de notificação, expedida pelo LFDA/MG (via facsímile ou e-mail), por outro produto da mesma especificação, quantidade, qualidade, a critério do LFDA/MG, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, inclusive o ressarcimento ao LFDA/MG dos prejuízos a ele causados.

5.8.3. Incumbe à Contratada o ônus da prova da origem das adulterações.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8.O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9.Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) o valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.27. As Notas Fiscais, acompanhadas da documentação pertinente, emitidas em arquivo eletrônico para pagamento deverão ser enviadas para o e-mail do Almoxarifado do LFDA/MG: almoxarifado.lfdamg@agro.gov.br.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/12 /2025.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice de preços ao consumidor - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa na tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 3.191.912,42 (três milhões, cento e noventa e um mil novecentos e doze reais e quarenta e dois centavos)**., conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.6. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 00001/130007

Fonte: 1000000000

Programa de Trabalho: 229434

Elemento de Despesa: 33.90.30

PI: FUNLABB

UASG: 130058

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Modelos de Licitações e Contratos:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO GONCALVES ESTEVES

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 11:54:20.

FLAVIA DOS SANTOS COELHO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 11:18:12.

LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Estudo Técnico Preliminar 96/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 21181.001422/2025-58

2. Descrição da necessidade**2.1. Finalidade do ETP**

Este ETP destina-se a descrever a necessidade da Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA composta pelos Laboratório Federal Agropecuário em Minas Gerais (LFDA-MG), Laboratório Federal Agropecuário em Goiás (LFDA-GO), Laboratório Federal Agropecuário em São Paulo (LFDA-SP), Laboratório Federal Agropecuário em Pernambuco (LFDA-PE), Laboratório Federal Agropecuário no Rio Grande do Sul (LFDA-RS) e Laboratório Federal Agropecuário no Pará (LFDA-PA) e as informações que a detalham e caracterizam. De modo geral, ele se encontra descrito em base de um modelo textual genérico para um ou mais elementos que constituem a necessidade, de modo que se lança mão do recurso de prever o texto no singular ou no plural conforme o caso, expresso por expressões em parênteses.

O Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do MAPA gestor da contratação unificada para da Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA de que trata o presente ETP é o LFDA gestor da compra unificada.

A plataforma do ETP digital do ComprasGov ao que tudo sugere, não tem muita receptividade à inclusão direta de grandes tabelas, com muitas colunas. Deste modo adota-se o critério de inserir informações na forma de arquivos anexados ao ETP, sem nenhum prejuízo de acesso às informações.

A finalidade deste ETP se relaciona com a seguinte situação:

- O presente ETP é inovador no tratamento da necessidade no processo administrativo SEI citado anteriormente, não encontrando, portanto, nenhum vínculo com tentativa de contratação de fornecedor tratada no mesmo processo SEI.
- O presente ETP refere-se ao **pleito de contratação para aquisição de materiais de consumo vidrarias e porcelanas de uso em laboratório**.
- Trata-se de uma contratação unificada para atendimento de demandas dos seis Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em que o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais atua como gestor do pleito de contratação.

2.2. Classificação da necessidade

Entende-se por contratação contínua para aquisição de bens ou fornecimento de serviços aquelas realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, sendo aplicáveis a contratação por mais de um exercício financeiro e prorrogações até o limite legal, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XV.

Entende-se por contratação não contínua (por escopo) para fornecimento de serviços aquelas em que a execução contratual se conclui uma vez prestados os serviços previstos no escopo e no período contratuais, admitindo-se prorrogação justificada até conclusão do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XVII.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 o(s) item(ns) da necessidade objeto do pleito de contratação pela Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária de que trata este Estudo Técnico Preliminar se classifica(m) como:

- A aquisição de bem(ns) em contratação que se enquadra em uma ou mais situações: (a) decorre de uma necessidade frequente ou permanente; (b) a contratação pleiteada é para atendimento a mais de um órgão, ou a mais de uma entidade; (c) não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração (quantitativo indefinido), em razão da natureza do objeto, sendo conveniente a contratação com previsão de entregas parceladas (Decreto nº 14.462/2023, art. 3º, incisos I, II, III e V).
- Situações que se enquadram: alíneas a; b e c desta cláusula.

2.3. Forma de execução contratual

A necessidade objeto da contratação pela Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária de que trata este Estudo Técnico Preliminar, considerando o(s) item(ns) que a compõe(m) se identifica com a(s) seguinte(s) forma de execução contratual:

- Aquisição de bem(ns) quando identificada e notificada a demanda pela Administração Pública.
- Pagamento pelo MAPA como despesa não fixa associado ao fornecimento/aquisição.

2.4. Finalidade da contratação para obtenção da necessidade

A(s) finalidade(s) da contratação pleiteada de que trata o presente ETP consiste em suprir as necessidades das Unidades Laboratoriais e setores das Divisões Técnicas Laboratoriais (DiLAB) da Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA, explicitadas neste ETP, e é representada por um ou mais finalidades ora explicitadas:

- Aquisição de bem(ns) de consumo de uso laboratorial na realização das entregas constituídas pela realização de ensaios laboratoriais.

2.5. Entregas gerais das Unidades Laboratoriais e Setores das Divisões Técnicas Laboratoriais (DiLAB) da Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA relacionadas ao procedimento licitatório de que trata o presente ETP

As entregas a seguir relatadas constituem aquelas relacionadas à contratação pleiteada de que trata o presente ETP:

- Resultados de ensaios laboratoriais executados no interesse do Ministério da Agricultura e Pecuária e(ou) de outros órgãos públicos;
- Material(is) de referência produzidos pelas unidades laboratoriais da Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA para o exercício da fiscalização preventiva pelo MAPA;
- Métodos de ensaio internalizados, desenvolvidos, validados pelas unidades laboratoriais da Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA no interesse do próprio MAPA e(ou) de outros órgãos públicos.
- Manutenção operacional de laboratórios de biossegurança da Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA;
- Calibração interna de instrumentos diversos empregados direta ou indiretamente na realização de ensaios laboratoriais ou na manutenção de condições biosseguras em laboratório de biossegurança.

2.6. Detalhamento da necessidade e seus itens componentes

A relação de item(ns) que compõe(m) a necessidade encontra-se formalizada por meio da planilha “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços” anexa a este ETP.

Explicita-se o presente quadro informando onde as informações podem ser obtidas nos anexos:

Quadro: localização de informações na planilha “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços”	
Informação:	Localização:
Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços	Anexo do presente ETP
Relação de item(n) que compõe(m) a necessidade	Aba “1-ITENS”, coluna “Item (necessidade)”

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Laboratório de Biologia Molecular do Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (BIOMOL/DIA/DILAB/LFDA-PA).	Lilian Cristina da Silva Magalhaes Costa
Laboratório de Sorologia do Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (SOROL/DIA	Lilian Cristina da Silva Magalhaes Costa

/DILAB/LFDA-PA).

Laboratório de Fertilizantes, Corretivos e Substratos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (FCS/DILAB/LFDA-PA)	Lilian Cristina da Silva Magalhaes Costa
Laboratório de Alimentos para Animais do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (ALA/IQA/DILAB/LFDA-PA).	Lilian Cristina da Silva Magalhaes Costa
Laboratório de Produtos de Origem Animal do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (POA/IQA/DILAB/LFDA-PA)	Lilian Cristina da Silva Magalhaes Costa
Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (MIC/DILAB/LFDA-PA)	Lilian Cristina da Silva Magalhaes Costa
Laboratório de Resíduos e Contaminantes em Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (RCA/DILAB/LFDA-PA)	Lilian Cristina da Silva Magalhaes Costa
Laboratório de Biologia Molecular do Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (MOL/DIA/DILAB/LFDA-PE)	Aerlem Cynnara Silva Vieira
Laboratório de Fertilizantes, Corretivos e Substratos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária Em Pernambuco (FCS/DILAB/LFDA-PE)	Aerlem Cynnara Silva
Laboratório de Bebidas e Vinhos do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (BEV/IQA/DILAB/LFDA-PE)	Aerlem Cynnara Silva
Laboratório de Produtos de Origem Animal do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (POA/IQA/DILAB/LFDA-PE)	Aerlem Cynnara Silva
Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (MIC/DILAB/LFDA-PE)	Aerlem Cynnara Silva
Classificação Vegetal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (CVE/DILAB/LFDA-RS)	Aline Torres Venturini
Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (IQA/DILAB /LFDA-RS)	Aline Torres Venturini
Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (MIC/DILAB /LFDA-RS)	Aline Torres Venturini
Laboratório de Resíduos e Contaminantes em Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (RCA/DILAB /LFDA-RS)	Aline Torres Venturini
Laboratório de Fertilizantes, Corretivos e Substratos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (FCS/DILAB/LFDA-SP)	Henrique Paloschi Horta
Laboratório de Bebidas do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (BEB/IQA/DILAB/LFDA-SP)	Henrique Paloschi Horta
Laboratório de Produtos de Origem Animal do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (POA/IQA/DILAB/LFDA-SP)	Henrique Paloschi Horta
Laboratório de Microbiologia Agrícola do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (MAG/DILAB/LFDA-SP)	Henrique Paloschi Horta
Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (MIC/DILAB/LFDA-SP)	Henrique Paloschi Horta
Laboratório de Resíduos e Contaminantes em Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (RCA/DILAB/LFDA-SP)	Henrique Paloschi Horta
Biologia Molecular do Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (BIOMOL/DILAB /LFDA-GO)	Valter Ferreira Félix Bueno
Laboratório de Fertilizantes, Corretivos e Substratos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (FCS/DILAB/LFDA-GO)	Valter Ferreira Félix Bueno
Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (IQA/DILAB/LFDA-GO)	Valter Ferreira Félix Bueno
Laboratório Oficial de Sementes do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (LASO/LFDA-GO)	Valter Ferreira Félix Bueno

Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (MIC/DILAB/LFDA-GO)	Valter Ferreira Félix Bueno
Laboratório de Resíduos e Contaminantes em Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (RCA/DILAB/LFDA-GO)	Valter Ferreira Félix Bueno
Produção de Padrões Imunobiológicos do Controle de Produtos Biológicos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (PPI/CPB /DILAB/LFDA-MG)	Eduardo Gonçalves Esteves
Laboratório de Diagnóstico de Doenças Virais do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (LDDV/DIA/DILAB/LFDA-MG)	Eduardo Gonçalves Esteves
Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (MIC/DILAB/LFDA-MG)	Eduardo Gonçalves Esteves
Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (IQA/DILAB/LFDA-MG)	Eduardo Gonçalves Esteves
Laboratório de Resíduos e Contaminantes em Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (RCA/DILAB/LFDA-MG)	Eduardo Gonçalves Esteves
Unidade de Suporte Técnico do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (UST/DILAB/LFDA-MG)	Eduardo Gonçalves Esteves

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação pleiteada de que trata o presente ETP relacionados ao(s) item(ns) que compõe(m) o objeto se elencam a seguir, que deverão ser seguidos e compor o Termo de Referência, Edital, e Contrato, conforme a sua aplicação documental:

4.1. Requisitos legais, regulamentares ou normativos

O(s) requisito(s) legal(is), regulamentar(es) ou normativo(s) relacionado(s) ao objeto da contratação pleiteada de que trata o presente ETP é(são):

- Os requisitos definidos pelos regulamentos do INMETRO e disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>, quando existentes, deverão ser seguidos.
- Os requisitos definidos pela Legislação Federal, regulamentos e normas relacionados à competência ou estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) deverão ser seguidos, quando existentes.
- Os requisitos definidos pela Legislação Federal, regulamentos e normas relacionadas à competência ou estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) deverão ser seguidos, quando existentes.
- Os requisitos definidos pela Legislação, regulamentos e normas Estaduais deverão ser seguidos, quando existentes.
- Os requisitos definidos pela Legislação, regulamentos e normas Municipais deverão ser seguidos, quando existentes.
- Deverá ser exigido da contratada o atendimento a requisitos mínimos de característica, qualidade, utilidade, resistência e segurança estabelecidos por normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) identificados, por força da Lei nº 4.150 de 21 de novembro de 1962, para a qual não consta revogação expressa, quando existentes.
- A contratação pleiteada de que trata o presente ETP tem em seu objeto a aquisição de material de consumo e estes deverão compor financeiramente a natureza de despesa 33.90.30..

4.2. Requisitos gerais

O(s) requisito(s) geral(is) relacionado(s) ao objeto da contratação pleiteada de que trata o presente ETP é(são):

O prazo máximo contado do recebimento pelo ente Contratado, do documento de notificação expedido pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária deverá ser definido e previsto em Termo de Referência e Edital.

Deverá constar no Termo de Referência ou Edital a previsão de prazo máximo a decorrer a partir do recebimento da notificação expedida pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária para o ente Contratado proceder às correções necessárias, inclusive substituições, sem ônus para o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária, uma vez observadas quaisquer anormalidades de um item que componha a necessidade.

A subcontratação para execução do contrato não deve ser admitida.

A participação de empresas na forma de consórcio deve ser vedada em razão de se desejar: (a) a simplificação na execução e gestão contratuais; (b) a identificação mais acurada do(s) preço(s) mais vantajoso(s); (c) a fiscalização contratual mais fácil e acuradamente executada; (d) a facilitação do monitoramento constante de qualidade e prazos de entrega(s); e (e) o melhor fluxo de comunicação entre contratante e contratada.

Deverá constar no Termo de Referência que o ente Contratado deverá emitir as Notas Fiscais em consonância com o(s) item(ns) previstos no objeto do contrato, discriminando cada um dos itens nelas contemplados e respectivos valores, garantindo-se a rastreabilidade de informações para que seja identificada a plena relação entre Nota Fiscal, material recebido ou serviço fornecimento (conforme o objeto da contratação) e dados contratuais.

4.3. Requisitos para aquisição de bens de consumo ou permanentes

O(s) requisito(s) específico(s) de bem(ns) relacionado(s) ao objeto da contratação pleiteada de que trata o presente ETP é(são):

- A contratada deverá cumprir prazo de entrega do(s) bem(ns) que compõe(m) o objeto contado a partir da formalização da demanda estabelecida pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária. O prazo definido por item encontra-se explicitado por meio da planilha [Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços], anexa a este ETP, em sua aba 1-ITENS, coluna [Prazo de entrega do item].
- O(s) tempo(s) mínimo(s) entre o recebimento definitivo e data de validade do(s) bem(ns) que compõe(m) a necessidade deverá(ão) ser informado(s) em Termo de Referência e Edital.
- A Contratada deverá substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer bem ou parte dele que apresente alteração(ões) que não seja(m) decorrente(s) do desgaste natural ou do incorreto manuseio do(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade, durante o prazo de validade dele(s).
- No(s) bem(ns) recebido(s) por aquisição deverão constar a(s) respectiva(s) identificação(ões) contendo marca(s) do(s) fabricante(s), respectiva(s) data(s) de fabricação, e quando tecnicamente aplicável(is), a(s) data(s) de validade.
- O prazo em dias úteis para a verificação da qualidade e quantidade do(s) bem(ns) e consequente aceitação pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária mediante termo circunstanciado caracterizando o recebimento definitivo deverá ser definido em Termo de Referência ou Edital.
- Deverá ser explicitada em Termo de Referência e Edital a possibilidade de rejeição do(s) bem(ns) que compõe(m) a necessidade pela Administração, no todo ou em parte, quando as características estiverem em desacordo com as especificações constantes do processo de aquisição.
- Deverá constar no Termo de Referência ou Edital a obrigatoriedade de substituição de um bem obtido por aquisição por outro da mesma especificação, quantidade e qualidade, a critério do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, inclusive o ressarcimento ao MAPA dos prejuízos a ele causados, quando verificado defeito, alteração, descaracterização antes do prazo de validade, ou mau funcionamento.
- Por se tratar de contratação que envolve a homologação de ata de registro, deverá constar no Termo de Referência ou Edital a seguinte cláusula: "A administração pública analisará a vantajosidade de prorrogação de ata por maior período. Os fornecedores serão consultados quanto ao interesse (ou não) de prorrogação sendo mantidas as condições estabelecidas no edital. Uma nova pesquisa de preço deverá ser realizada para comprovar a manutenção da vantajosidade, observada a expectativa de consumo anual."

4.4. Requisitos para fornecimento de serviço(s)

O(s) requisito(s) específico(s) de fornecimento de serviço(s) relacionado(s) ao objeto da contratação pleiteada de que trata o presente ETP é(são):

- A contratação pleiteada de que trata o presente ETP não contempla fornecimento de serviço(s).

4.5. Requisitos para pregões eletrônicos que produzam atas do Sistema de Registro de Preços

Os requisitos gerais relacionados ao objeto da contratação pleiteada de que trata o presente ETP são:

- O Termo de Referência e Edital deverão conter cláusula que preveja a análise pela Administração da vantajosidade de prorrogação da ata de registro de preços, contendo o seguinte texto: "A Administração Pública analisará a vantajosidade de prorrogação de ata por maior período. Os fornecedores serão consultados quanto ao interesse (ou não) de prorrogação mantendo-se as condições do edital. Uma nova pesquisa de preço deverá ser realizada para comprovar a manutenção da vantajosidade, observada a expectativa de consumo anual."

5. Ativid. dos LFDAs/MAPA e a Necessidade

O LFDA-MG, o LFDA-SP, o LFDA-GO, o LFDA-PE, o LFDA-PA e o LFDA-RS são os seis laboratórios da Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e se encontram atualmente inseridos na estrutura organizacional da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), sob Direção do Departamento de Serviços Técnicos (DTEC), e sob coordenação da Coordenação Geral de Laboratórios Agropecuários (CGAL).

5.1. Entregas dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA

As principais e gerais entregas finalísticas dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA são:

- Produção de resultados de ensaios laboratoriais biológicos, físicos e químicos em amostras de produtos in natura, ou beneficiados, ou industrializados, produtos estes de origem animal, vegetal, e mineral inclusive água.
- Produção de resultados de ensaios laboratoriais empregados em perícia administrativa científica inserida em procedimentos de fiscalização e auditoria com o objetivo de avaliação de conformidade de produtos para alimentação humana ou animal (inclusive bebidas), fertilizantes, corretivos, substratos agrícolas, medicamentos veterinários, defensivos fitossanitários e produtos fundamentados em microbiologia agrícola.
- Produção de resultados de ensaios laboratoriais empregados em perícia administrativa científica inserida em procedimentos de fiscalização e auditoria com o objetivo de vigilância agropecuária de fronteiras do Brasil.
- Produção de resultados de ensaios laboratoriais empregados em vigilância epidemiológica de doença dos animais;
- Produção de resultados de ensaios laboratoriais com objetivo de defesa pecuária e empregados em diagnóstico de doença dos animais;
- Produção de resultados de ensaios laboratoriais empregados em perícia administrativa científica inserida em procedimentos de fiscalização e auditoria com o objetivo de avaliação de conformidade de produtos biológicos de uso na pecuária, produzidos no Brasil ou importados;
- Provisão de subsídios técnicos e científicos às políticas públicas de segurança alimentar; de conformidade a exigências relacionadas ao comércio internacional de produtos agropecuários; de vigilância epidemiológica e sanitária de animais e vegetais inclusive com efeitos nos respectivos produtos beneficiados ou industrializados; de diagnóstico animal e vegetal; de controle de produtos de uso veterinário e agrícola produzidos no Brasil ou importados; de fomento estrutural, comercial e social ao agronegócio; de regulação do setor agropecuário;
- Capacitação de profissionais que atuam no diagnóstico in vivo em programas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA;
- Fiscalização e auditoria dos laboratórios credenciados partícipes da Rede de Laboratórios de Defesa Agropecuária do MAPA;
- Fiscalização e auditoria documentais para o controle de produtos biológicos produzidos no Brasil e importados, no âmbito de atuação administrativa do MAPA;
- Produção de materiais de referência biológicos e físico-químicos com propriedades identificadas ou mensuradas.
- Operacionalização e execução de ensaios de proficiência laboratorial no interesse do controle e fiscalização do MAPA.
- Produção e manutenção de animais de experimentação para uso dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA.
- Produção de insumos para uso interno nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA.

5.2. Demandantes das entregas dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA

Os órgãos públicos principais demandantes dos serviços laboratoriais dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA são os diversos Departamentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) relacionados à fiscalização, auditoria, controle e inspeção. Entretanto, os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA atendem, por meio de suas entregas, outros órgãos da Administração Pública Federais, tais como Ministério Público Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Departamento de Polícia Federal, mas também, em menor escala, outros órgãos das Administrações Públicas Estadual e Municipal.

5.3. Inserção dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária na estrutura do MAPA

Os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA possuem como ente máximo as suas respectivas Coordenações, as quais se encontram estruturadas por meio das respectivas Divisões Técnicas Laboratoriais (DILAB), das respectivas Divisões Administrativas (DIAD) e dos Setores Técnicos Vinculados (SLAV) em São Paulo, em Santa Catarina e em Minas Gerais. As Divisões Técnicas Laboratoriais (DiLAB) são compostas pelos respectivos Setores de Apoio Laboratorial (SEAL), pelos respectivos Setores de Biossegurança Laboratorial (SEBIO) e pelos respectivos Setores de Recepção de Amostras (SEREC). As Divisões Administrativas (DIAD), por sua vez, são compostas pelos respectivos Serviços de Compras (SEC), pelos respectivos Setores de Gestão de Contratos (SEGC), pelos respectivos Serviços Orçamentários e Financeiro (SEOF), pelos respectivos Setores de Almoxarifado e Patrimônio.

As Divisões Técnicas Laboratoriais são estruturadas por meio de unidades não regimentais, mas de Ofício, que são as Unidades Laboratoriais. Cada Unidade Laboratorial tem uma competência técnica específica e ora se elencam:

- Laboratório de Biologia Molecular do Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (BIOMOL/DIA/DILAB/LFDA-PA).
- Laboratório de Diagnóstico da Raiva do Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (RAIVA/DIA/DILAB/LFDA-PA).
- Laboratório de Sorologia do Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (SOROL/DIA/DILAB/LFDA-PA).
- Laboratório de Fertilizantes, Corretivos e Substratos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (FCS/DILAB/LFDA-PA).
- Laboratório de Alimentos para Animais do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (ALA/IQA/DILAB/LFDA-PA).
- Laboratório de Produtos de Origem Animal do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (POA/IQA/DILAB/LFDA-PA).
- Laboratório de Produtos de Origem Vegetal do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (POV/IQA/DILAB/LFDA-PA).
- Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (MIC/DILAB/LFDA-PA).

- Laboratório de Resíduos e Contaminantes em Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (RCA/DILAB/LFDA-PA).
- Setor de Recepção de Amostras do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará (SEREC/DILAB/LFDA-PA).
- Laboratório de Diagnóstico de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis do Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (EET/DIA/DILAB/LFDA-PE).
- Laboratório de Biologia Molecular do Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (MOL/DIA/DILAB/LFDA-PE).
- Unidade de Diagnóstico Animal do Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (UniDIA/DIA/DILAB/LFDA-PE).
- Laboratório de Fertilizantes, Corretivos e Substratos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária Em Pernambuco (FCS/DILAB/LFDA-PE).
- Laboratório de Bebidas e Vinhos do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (BEV/IQA/DILAB/LFDA-PE).
- Laboratório de Produtos de Origem Animal do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (POA/IQA/DILAB/LFDA-PE).
- Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (MIC/DILAB/LFDA-PE).
- Recepção de Amostras do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (REC/DILAB/LFDA-PE).
- Lavagem, Esterilização e Produção de Mios de Cultura da Unidade de Suporte Técnico do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco (LEM/UST/DILAB/LFDA-PE).
- Controle de Produtos Biológicos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (CPB/DILAB/LFDA-RS).
- Classificação Vegetal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (CVE/DILAB/LFDA-RS).
- Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (DIA/DILAB/LFDA-RS).
- Setor de Biossegurança do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (SEBIO/DILAB/LFDA-RS).
- Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (IQA/DILAB/LFDA-RS).
- Laboratório Oficial de Análise de Sementes do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (LASO/LFDA-RS).
- Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (MIC/DILAB/LFDA-RS).
- Laboratório de Resíduos e Contaminantes em Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (RCA/DILAB/LFDA-RS).
- Setor de Recepção de Amostras do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (SEREC/DILAB/LFDA-RS).
- Setor Laboratorial Vinculado em Santa Catarina do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (SELAV-SC/LFDA-RS).
- Unidade de Suporte Técnico do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul (RCA/DILAB/LFDA-RS).
- Controle de Produtos Biológicos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (CPB/DILAB/LFDA-SP).
- Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (DIA/DILAB/LFDA-SP).
- Laboratório de Fertilizantes, Corretivos e Substratos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (FCS/DILAB/LFDA-SP).
- Setor de Biossegurança do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (SEBIO/DILAB/LFDA-SP).
- Laboratório de Bebidas do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (BEB/IQA/DILAB/LFDA-SP).
- Laboratório de Produtos de Origem Animal do Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (POA/IQA/DILAB/LFDA-SP).
- Laboratório de Microbiologia Agrícola do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (MAG/DILAB/LFDA-SP).
- Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (MIC/DILAB/LFDA-SP).
- Laboratório de Medicamentos Veterinários e Defensivos Fitossanitários do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (MVD/DILAB/LFDA-SP).
- Laboratório de Resíduos e Contaminantes em Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (RCA/DILAB/LFDA-SP).
- Setor de Recepção de Amostras do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (SEREC/DILAB/LFDA-SP).
- Setor Laboratorial Vinculado em Jundiaí do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo (SELAV/LFDA-SP).
- Biologia Molecular do Diagnóstico e Identificação Genética Animal do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (BIOMOL/DILAB/LFDA-GO).
- Laboratório de Fertilizantes, Corretivos e Substratos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (FCS/DILAB/LFDA-GO).
- Laboratório de Identidade e Qualidade de Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (IQA/DILAB/LFDA-GO).
- Laboratório Oficial de Sementes do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (LASO/LFDA-GO).
- Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (MIC/DILAB/LFDA-GO).

- Laboratório de Resíduos e Contaminantes em Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (RCA/DILAB/LFDA-GO).
- Setor de Recepção de Amostras do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás (SEREC/DILAB/LFDA-GO).
- Biotério do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (BIT/DILAB/LFDA-MG).
- Controle de Produtos Biológicos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (CPB/DILAB/LFDA-MG).
- Produção de Padrões Imunobiológicos do Controle de Produtos Biológicos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (PPI/CPB/DILAB/LFDA-MG).
- Laboratório de Diagnóstico de Doenças Bacterianas do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (DDB/DIA/DILAB/LFDA-MG).
- Laboratório de Diagnóstico de Doenças Virais do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (LDDV/DIA/DILAB/LFDA-MG).
- Laboratório de Patologia Veterinária do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (LPV/DIA/DILAB/LFDA-MG).
- Laboratório Oficial de Sementes do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (LASO/LFDA-MG).
- Laboratório de Calibração Interna do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (LCI/DILAB/LFDA-MG).
- Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (MIC/DILAB/LFDA-MG).
- Laboratório de Referência à Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (RBQL/DILAB/LFDA-MG).
- Laboratório de Resíduos e Contaminantes em Alimentos do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (RCA/DILAB/LFDA-MG).
- Setor de Recepção de Amostras do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (SEREC/DILAB/LFDA-MG).
- Unidade de Suporte Técnico do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (UST/DILAB/LFDA-MG).
- Setor de Biossegurança do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais (SEBIO/DILAB/LFDA-MG).

5.4. As necessidades usuais e gerais do DiLAB/LFDA-MG e SLAV/LFDA-MG

Por determinação institucional da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários, os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária e os respectivos entes internos devem atender aos preceitos normativos de qualidade estabelecidos por normas internacionalmente reconhecidas, aplicáveis à produção de resultados laboratoriais, à produção de materiais, à provisão de comparações interlaboratoriais na execução de procedimentos e fiscalização, auditoria e controle da rede de laboratórios credenciados, e à calibração instrumental interna. As normas que se aplicam diretamente às atividades dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária são a ABNT NBR ISO/IEC 17025 - Requisitos Gerais para Competência de Laboratórios de Ensaio e Calibração; a ABNT NBR ISO/IEC 17043 - Avaliação da conformidade — Requisitos gerais para ensaios de proficiência; e àquelas normalizadoras de quesitos de Biossegurança.

As necessidades que se explicitam a seguir neste item não necessariamente fazem parte do presente Estudo Técnico Laboratorial, que já constam categorizadas no item 2.1., de modo que o que ora se explicita e se elenca tem o objetivo de caracterizar de modo geral as necessidades usualmente relacionadas às atividades das Divisões Técnicas Laboratoriais dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária e dos Setores Laboratoriais Vinculados, sob um ponto de vista mais amplo.

Para a execução e a manutenção das atividades anteriormente elencadas, as Divisões Técnicas Laboratoriais dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária e dos Setores Laboratoriais Vinculados possuem equipamentos de uso laboratorial em operação para automação de procedimentos diversos e para a realização das inúmeras mensurações intimamente relacionadas à essência da atividade laboratorial, especialmente obtenção de resultados de ensaios laboratoriais. Entretanto, de um modo geral, devem ser ininterrupta e sistematicamente observados os requisitos de atualização das necessidades em bens permanentes, considerando:

- A busca de soluções mais eficientes em relação à tecnologia existente no mercado no que se refere aos processos de medição;
- A busca de soluções mais eficientes em relação à produtividade laboratorial frente às demandas continuamente crescentes e, especialmente, à necessidade de compatibilização do serviço com a força de trabalho existente;
- A substituição de equipamentos obsoletos, irremediavelmente avariados ou cuja manutenção não se mostra mais compatível com o valor do bem nos termos da legislação vigente;
- A adequação do parque de equipamentos às necessidades impostas por implementações de métodos novos em atendimento a novas demandas recebidas; às necessidades impostas por normas nacionais e internacionais; e às necessidades impostas por organismos de acreditação.

Para manutenção operacional dos equipamentos instalados, fazem parte das necessidades sistemáticas das Divisões Técnicas Laboratoriais dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária e dos Setores Laboratoriais Vinculados a contratação de serviços de manutenção preventiva, de manutenção corretiva, de qualificação instrumental e de calibração dos equipamentos de medição.

Também, para execução e manutenção das atividades anteriormente elencadas, as Divisões Técnicas Laboratoriais dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária e dos Setores Laboratoriais Vinculados necessitam de insumos e materiais de consumo laboratoriais, empregados em ensaios laboratoriais físicos, químicos e biológicos, que constituem a principal entrega dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária. Devem ser ininterrupta e sistematicamente observados os requisitos de consumo atual e atualização das necessidades de insumos e materiais de consumo, considerando que os métodos de ensaio devem ser constantemente atualizados,

ou implementadas novas técnicas laboratoriais. Deste modo, na maior parte das vezes a necessidade é composta por bens de consumo sistematicamente empregados, mas por vezes é constituída também por bens de consumo antes nunca adquiridos.

Com o objetivo de avaliar sua competência técnica em processos de medição de ensaios laboratoriais, as Divisões Técnicas Laboratoriais dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária e dos Setores Laboratoriais Vinculados necessitam sistematicamente contratar a participação em ensaios de proficiência laboratorial, que de modo geral consistem na realização de ensaios laboratoriais em materiais providos por um provedor de ensaio de proficiência externo, em que os resultados obtidos são comparados a valores referenciais à comparação realizada.

De modo genérico constituem eventualmente também outras necessidades das Divisões Técnicas Laboratoriais dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária e dos Setores Laboratoriais Vinculados:

1. Aquisição de soluções de tecnologia da informação e comunicação;
2. Contratação de serviços de obra (projeto e execução);
3. Contratação de serviços de realização de ensaios laboratoriais.

6. Atividades das Áreas Requisitantes

São atividades inerentes às áreas demandantes da contratação de que trata o presente ETP nas Divisões Técnicas Laboratoriais dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária:

- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em produtos destinados à alimentação humana ou animal, por meio de ensaios laboratoriais físicos ou químicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em produtos destinados à alimentação humana ou animal, por meio de ensaios laboratoriais físicos ou químicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em medicamentos veterinários e defensivos fitossanitários, por meio de ensaios laboratoriais físicos ou químicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em medicamentos veterinários e defensivos fitossanitários, por meio de ensaios laboratoriais biológicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em produtos de microbiologia agrícola, por meio de ensaios laboratoriais biológicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em produtos de microbiologia agrícola, por meio de ensaios laboratoriais microbiológicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em produtos de microbiologia agrícola, por meio de ensaios laboratoriais físicos e químicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em produtos vegetais ou sementes, por meio de ensaios laboratoriais físicos, químicos e biológicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em fertilizantes, corretivos e substratos, por meio de ensaios laboratoriais físicos, químicos e biológicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de alterações em produtos destinados à alimentação humana ou animal, por meio de ensaios laboratoriais microbiológicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em produtos destinados à alimentação humana ou animal, por meio de ensaios laboratoriais de biologia molecular.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em produtos biológicos para uso em animais ou sêmen, por meio de ensaios laboratoriais físicos ou químicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em produtos biológicos para uso em animais ou sêmen, por meio de ensaios laboratoriais biológicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de alterações em produtos biológicos de uso animal ou sêmen, por meio de ensaios laboratoriais microbiológicos.
- Avaliação da conformidade a preceitos regulamentares e(ou) identificação de fraudes, alterações e adulterações em produtos biológicos para uso em animais, por meio de ensaios laboratoriais de biologia molecular.
- Identificação de resíduos de drogas veterinárias em produtos de origem animal com a finalidade de monitoramento ou fiscalização.
- Identificação de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem animal, vegetal ou mineral com a finalidade de monitoramento ou fiscalização.
- Identificação de contaminantes inorgânicos em produtos de origem animal, vegetal ou mineral com a finalidade de monitoramento ou fiscalização.
- Identificação de contaminantes orgânicos em produtos de origem animal, vegetal ou mineral com a finalidade de monitoramento ou fiscalização.
- Identificação de micotoxinas em produtos de origem animal, vegetal ou mineral com a finalidade de monitoramento ou fiscalização.

- Identificação de doenças bacterianas ou seus agentes etiológicos em animais para fins de levantamentos epidemiológicos, vigilância epidemiológica, vigilância de fronteiras ou diagnóstico animal por meio de ensaios laboratoriais de biologia molecular, ou sorologia, ou microbiologia ou anatomia patológica.
- Identificação de doenças virais ou seus agentes etiológicos em animais para fins de levantamentos epidemiológicos vigilância epidemiológica, vigilância de fronteiras ou diagnóstico animal por meio de ensaios laboratoriais de biologia molecular, ou sorologia, ou microbiologia, ou anatomia patológica.
- Validação ou verificação de desempenho de ensaio laboratorial.
- Participação de ensaios de proficiência por comparação interlaboratorial para avaliação de competência de unidades laboratoriais do DiLab/LFDA-MG.
- Monitoramento, auditoria ou fiscalização de laboratório credenciado do MAPA por meio de ensaios de proficiência laboratorial
- Internalização de ensaio laboratorial já desenvolvido.
- Desenvolvimento in house de ensaio laboratorial.
- Produção de padrões imunobiológicos para transferência de valor ou propriedade empregados na fiscalização preventiva de administrados do MAPA.
- Produção de materiais de referência empregados na fiscalização preventiva de administrados do MAPA.
- Realização de capacitação técnica de pessoas em consonância com a execução do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal;
- Calibração instrumental interna.
- Procedimentos internos de bioterismo de grandes e pequenos animais.
- Procedimentos internos relacionados à biossegurança.
- Procedimentos de produção, manutenção, armazenamento e manipulação de animais e vegetais de experimentação laboratorial, materiais genéticos e microrganismos.
- Procedimentos de recepção, transporte, manuseio, armazenamento e descarte de amostras.
- Procedimentos relacionados ao descarte de resíduos sólidos e líquidos.
- Procedimentos relacionados à manutenção do nível de biossegurança exigido para manutenção dos agentes biológicos.

7. Exigências Legais: ABNT

A análise de existência ou não das exigências legais, regulamentares e normativas em função da Lei 4.150/62 - ABNT e art. 42, inciso I da Lei 14.133/2021 em relação ao(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade encontra-se explicitada na “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços” anexa a este ETP em sua aba “4-MAPA-ANVISA-ABNT-EST-MUN”. A referida aba explicita a análise de enquadramento por item.

Na contratação pleiteada de que trata o presente ETP evidencia-se que:

- Há enquadramento de um ou mais itens em requisitos estabelecidos por normas técnicas da ABNT e, portanto, deve ser inserido no Termo de Referência o seguinte texto nas obrigações do licitante:

Item(ns)	Texto a ser inserido
[69]	“O(s) item(ns) elencado(s) deverá(ão) atender aos requisitos estabelecidos pela norma ABNT [ABNT NBR 10548]”
[41;42]	“O(s) item(ns) elencado(s) deverá(ão) atender aos requisitos estabelecidos pela norma ABNT [ABNT NBR 12452]”
[127; 128; 129; 130; 131; 132; 133; 134; 135; 136; 137; 138; 139; 140; 141 e 142]	“O(s) item(ns) elencado(s) deverá(ão) atender aos requisitos estabelecidos pela norma ABNT [ABNT NBR 12485]”
[150; 151; 152; 153; 155; 155; 156; 157; 175; 176; 177; 178 e 179]	“O(s) item(ns) elencado(s) deverá(ão) atender aos requisitos estabelecidos pela norma ABNT [ABNT NBR 12617 e ABNT NBR 1769]”
[126; 181; 182; 183; 184]	“O(s) item(ns) elencado(s) deverá(ão) atender aos requisitos estabelecidos pela norma ABNT [ABNT NBR 1769]”

8. Legislação e normas de sustentabilidade

A análise da existência de exigências legais, regulamentares e normativas associadas à competência do IBAMA em relação ao(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade encontra-se explicitada na “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços” anexa a este ETP em sua aba “2-CTF-IBAMA”. A referida aba explicita o enquadramento do(s) item(ns) por categoria da atividade.

Na contratação pleiteada de que trata o presente ETP evidencia-se que:

- Não há enquadramento de um ou mais itens em requisitos estabelecidos por exigências legais, e(ou) regulamentares, e(ou) normativas do IBAMA.

9. Legislação e normas ANVISA

A análise das exigências legais, regulamentares e normativas associadas à competência da ANVISA em relação ao(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade encontra-se explicitada na “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços” anexa a este ETP em sua aba “4-MAPA-ANVISA-ABNT-EST-MUN”.

Na contratação pleiteada de que trata o presente ETP evidencia-se que:

- Não há enquadramento dos itens que compõe(m) a necessidade em requisitos estabelecidos por exigências legais, e(ou) regulamentares, e(ou) normativas relacionados à competência administrativa da ANVISA, inclusive constando na lista de produtos não regularizados como dispositivos médicos.

10. Legislação e normas MAPA

A análise das exigências legais, regulamentares e normativas associadas à competência do MAPA em relação ao(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade encontra-se explicitada na “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços” anexa a este ETP em sua aba “4-MAPA-ANVISA-ABNT-EST-MUN”.

Na contratação pleiteada de que trata o presente ETP evidencia-se que:

- Não há enquadramento dos itens que compõe(m) a necessidade em requisitos estabelecidos por exigências legais, e(ou) regulamentares, e(ou) normativas relacionados à competência administrativa do MAPA.

11. Legislação e normas municipais

A análise das exigências legais, regulamentares e normativas municipais (Pedro Leopoldo – Minas Gerais) em relação ao(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade encontra-se explicitada na “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços” anexa a este ETP em sua aba “4-MAPA-ANVISA-ABNT-EST-MUN”.

Na contratação pleiteada de que trata o presente ETP evidencia-se que:

- Não há enquadramento do(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade em requisitos estabelecidos por exigências legais, e(ou) regulamentares, e(ou) normativas municipais da cidade de Pedro Leopoldo.

12. Legislação e normas estaduais

A análise das exigências legais, regulamentares e normativas estaduais (Minas Gerais) em relação ao(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade encontra-se explicitada na “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços” anexa a este ETP em sua aba “4-MAPA-ANVISA-ABNT-EST-MUN”.

Na contratação pleiteada de que trata o presente ETP evidencia-se que:

- Não há enquadramento do(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade em requisitos estabelecidos por exigências legais, e(ou) regulamentares, e(ou) normativas do Estado de Minas Gerais.

13. Exigências Regulamentares do INMETRO

A análise das exigências normativas do INMETRO em relação ao(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade encontra-se explicitada na “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços” anexa a este ETP, em sua aba “3-INMETRO”.

Na contratação pleiteada de que trata o presente ETP evidencia-se que:

- Não há enquadramento dos itens que compõe(m) a necessidade em requisitos de avaliação de conformidade estabelecidos por regulamentos normas do INMETRO.

14. Necessidade x Planos e Políticas do MAPA

A necessidade de que trata o presente ETP constitui recursos necessários à execução de entregas laboratoriais no âmbito de atuação dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA. Estas entregas constituem pilares da ação de fiscalização e auditoria desempenhados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. O Art. 42 do Decreto nº 5.741 de 30 de março de 2006 traz à luz a posição dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária:

"Art. 42. As autoridades competentes, em cada Instância do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, designarão os laboratórios credenciados para análise das amostras de controles oficiais, na forma definida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior.

§ 1º Os Laboratórios Nacionais Agropecuários são os laboratórios oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento." (grifo nosso).

Neste ponto compete esclarecer que o termo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária substituiu o termo Laboratório Nacional Agropecuário por mudança de nome definido pelo MAPA.

Consta no Plano Estratégico do MAPA 2020-2027 em seus objetivos estratégicos, especificamente no item OE6:

"OE06 - Garantir a sanidade e a qualidade dos alimentos e outros produtos agropecuários.

Garantir a segurança dos alimentos e outros produtos agropecuários. Aperfeiçoar os mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.

(...)

OE14 - Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos.

Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças e dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de produtos agropecuários. Implantação do modelo de autocontrole."

Constam no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/laboratorios/arquivos-publicacoes-laboratorio/folder-lanagro-paginado.pdf as atribuições dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária:

- "Realizar a gestão integrada da biossegurança";
- "Realizar ensaios relativos a análises fiscais, periciais, de monitoramento e de diagnóstico";
- "Desenvolver e validar métodos de ensaio";
- "Produzir e manter padrões e materiais de referência";
- "Implantar e manter o sistema de gestão da qualidade";
- "Credenciamento e monitoramento de laboratórios".

Deste modo, evidencia-se que a contratação pleiteada atinente ao presente ETP digital se encontra inserida nos planos instituídos e políticas públicas deste Ministério.

15. Levantamento de Mercado

A necessidade de que trata o presente ETP enquadra-se, em consonância com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021 na(s) definição(ões) a seguir discriminadas:

Bem(ns) comum(ns): bem(ns) cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (art. 6º, inc. XIII da Lei nº 14.133/2021).

- O detalhamento do enquadramento por item se encontra explicitado na planilha “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços” anexa a este ETP, em sua aba “1-ITENS”, coluna “Classificação da necessidade à luz da Lei nº 14.133/2021”.

15.1. Identificação e caracterização do(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade

Em relação à classificação da despesa, nos termos da Portaria nº 448 de 13 de setembro de 2002 e em consonância com as definições da Lei nº 14.133/2021, o(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade se enquadra(m) conforme a seguir explicitado:

- A necessidade é composta por item(ns) que se classifica(m) como material de consumo (bem de consumo) e encontra(m)-se identificado(s) pelo(s) seu(s) nome(s) comercialmente identificável(is) associado(s) às características e especificidades técnicas que garantem adequação à(s) finalidade(s) de uso nos procedimentos laboratoriais e possui(em) representação comercial no Brasil.

15.2. Avaliação do enquadramento da aquisição aos pré-requisitos que permitem a inexigibilidade de licitação

Foram analisados os pré-requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 frente à necessidade para nortear possível escolha da inexigibilidade como modalidade de licitação. Foi analisada a existência de um único ou múltiplos fornecedores da solução para nortear a modalidade de licitação. Neste quesito evidenciou-se conforme a seguir assinalado:

- A necessidade pode ser provida por mais de um produtor, empresa ou representante comercial, haja vista identificação em pesquisa no mercado, de tal fato, e não se enquadra em nenhum pré-requisito da Lei nº 14.133/2021 que permite a opção pela inexigibilidade de licitação (não enquadramento à Lei 14.133/2021, art. 74, incisos I, II, III, IV, V do caput).

15.3. Avaliação do enquadramento da necessidade aos pré-requisitos que permitem a dispensa de licitação

Foram analisados os pré-requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 frente à necessidade para nortear possível escolha da dispensa como modalidade de licitação. Neste quesito evidenciou-se o que se explicita a seguir:

- A contratação pleiteada não se enquadra em nenhum pré-requisito da Lei nº 14.133/2021 que permite a opção pela dispensa de licitação.

15.4. Obtenção de preços para o(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade

No que se refere à pesquisa de preços na execução do presente ETP, neste quesito evidenciou-se o que se explicita a seguir:

- Na composição do mapa de preços foram observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, à luz da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020.
- Foram seguidas as orientações da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, do que resultou a elaboração do mapa de preços baseado na obtenção de valor de referência calculado por valor de referência por medidas de tendência central (média e (ou) mediana).
- Foram seguidas as orientações da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, do que resultou a elaboração do mapa de preços com base na regra de obtenção de três ou mais preços, admitindo-se o uso de menos de três preços desde que devidamente justificado nos autos.

15.5. Quadro de documentos relacionados ao levantamento de mercado

Explicita-se o presente quadro contendo os documentos relacionados ao levantamento de mercado e que constituem os documentos anexos ao presente ETP:

Descrição:	Documento:	Nº no processo SEI:
Item(s) que compõe(m) a necessidade.	Planilha “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços” anexa e sua aba “1-ITENS”.	SEI nº 49202667.
Mapa de preços.	Planilha “Planilha MAPRE”.	SEI nº 49192881.

Justificativa de enquadramento à inexigibilidade e razoabilidade de preços praticados (aplicável à inexigibilidade)	Nota técnica SEI	Não se aplica, por não se adotar a modalidade de inexigibilidade de licitação.
Justificativa de enquadramento à dispensa (aplicável à dispensa de licitação)	Nota técnica SEI	Não se aplica, por não se adotar a modalidade de dispensa de licitação.
Comprovante DFD/PAC	Documento SEI	SEI nº 49222995 e 49223052.
Nota técnica acerca da elaboração e conferência do mapa de preços.	[Inserir tipo de documento]	SEI nº 49203278.

16. Descrição da solução como um todo

16.1. Soluções disponíveis

Não foi realizada a identificação de mais de uma solução disponível para o atendimento da necessidade conforme justificado a seguir:

A necessidade é composta por lista de item(ns) que se classifica(m) como bem(ns) de consumo, que possuem características e especificidades técnicas definidas e imprescindíveis, que garantem adequação à(s) finalidade(s) de uso nos procedimentos laboratoriais e possui(em) representação comercial no Brasil, não se evidenciando a existência de mais de uma solução como um todo que implique menor custo versus benefício ao Órgão.

17. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas e as justificativas que embasam a definição das quantidades do(s) item(ns) que compõe(m) a necessidade encontram-se explicitadas na planilha “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços” anexa, por item.

Explicita-se o presente quadro informando onde as informações podem ser obtidas nos anexos:

Quadro: localização de informações na planilha “Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços”	
Informação:	Localização:
Planilha ASUS - Análise de informações obrigatórias associadas aos itens em aquisição de bens e serviços	Anexo do presente ETP
Descrição dos itens que compõem a necessidade e suas especificações técnicas	Aba “1-ITENS”, coluna “Item (necessidade)”
Classificação da necessidade à luz da Lei nº 14.133/21	Aba “1-ITENS”, coluna “Classificação da necessidade à luz da Lei nº 14.133/21”
Quantidades necessárias por item que compõe a necessidade	Aba “1-ITENS”, coluna “Quantidade total necessária”

18. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.191.912,42

O valor potencial preliminar da contratação encontra-se discriminado na planilha de mapa de preços" anexa ao presente ETP, em sua aba "REL GER – RELAT. COMPRASGOV", no campo "Valor total da lista".

O menor preço para o item ou total de itens precificado(s) foi de R\$ 3.191.912,42 (três milhões, cento e noventa e um mil reais e quarenta e dois centavos).

18.1. Quadro de valores dos itens que compõem a necessidade

Em relação aos valores do(s) item(ns) individual(is) que compõe(m) a necessidade na composição do valor total da contratação supracitado:

- Por se tratar de listagem com item(ns) identificado(s) como material de consumo à luz da Lei nº 14.133/2021, os valores do(s) item(ns) individual(is) encontram-se explicitados na aba [REL GER – RELAT. COMPRASGOV] da planilha de Mapa de Preços "Planilha MAPRE" (anexa). Todos os itens, ou o item se único, deve(m) ser financeiramente previsto(s) na natureza de despesa 33.90.30.

19. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em relação ao parcelamento e à formação de lote(s) do pleito de contratação de que trata o presente ETP, se explita a seguir:

- O objeto da solução atende aos requisitos do parcelamento integral sem formação de lote(s) em relação ao(s) itens(ns) que compõe(m) a necessidade, condição tal tecnicamente viável e economicamente vantajosa, e deste modo permitindo ampliar a competição. implicando economicidade para a Administração.

20. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Em relação ao parcelamento e à formação de lote(s) do pleito de contratação de que trata o presente ETP:

- Não há pleito(s) de contratação e(ou) contratação(ões) correlata(s) relacionada(s) ao pleito de contratação de que trata o presente ETP, tratando-se, pois, de uma contratação independente.

21. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O pleito de contratação e seu objeto de que trata o presente ETP encontra-se prevista no Plano de Contratação Anual (PAC) do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária gestor da compra unificada, cujo Documento de Formalização da Demanda (DFD) possui o número de identificação 121/2024, projeto nº 130058-211/2025.

22. Modal. de Aquisição ou Fornecimento

Considerando as informações prestadas por este Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, de modo que, de modo preliminar evidencie-se a aplicação da seguinte modalidade de licitação:

- Pregão eletrônico dentro do sistema de registro de preços (SRP), aplicado à aquisição de bens ou contratação de serviços, com fundamentação explicitada a seguir, em iniciativa do LFDA-MG.

22.1. Justificativa de emprego ou não emprego de dispensa eletrônica (apenas para as opções de seleção de modalidade dispensa)

- O pleito de contratação de que trata o presente ETP não envolve a modalidade de dispensa de licitação, e, portanto, o item não se aplica a ele.

22.2. Fundamentação da utilização do Sistema de Registro de Preços

Em relação à opção de utilizar o Sistema de Registro de Preços como forma de executar a contratação pleiteada, explicita-se:

- A opção de utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP) se justifica pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda do contratante, estando em concordância com o disposto no Art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.3. Prazo de vigência de Ata de Registro de Preços

Em relação ao prazo de vigência de Ata de Registro de Preços, evidencia-se que:

- O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

23. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação pleiteada, atuando em observância à economicidade, eficácia, eficiência, ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos almeja-se o benefício da continuidade do atendimento da necessidade pública. Esta necessidade pública se materializa na manutenção do funcionamento dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA, atuando na realização de ensaios laboratoriais, e provendo as demais entregas, todos explicitados no presente Estudo Técnico Preliminar.

Adicionalmente, torna-se mister explicitar a intensão dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA atuarem continuamente em melhorias contínuas, sempre com foco na inovação e na qualidade dos serviços prestados.

24. Providências a serem Adotadas

As providências que os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA precisam tomar para viabilizar a execução do contrato resultante da contratação de que trata o presente ETP a serem concluídas antes de iniciada a celebração do contrato são:

Quadro: providências necessárias	
Inerência	Providência
Infraestrutura tecnológica	Não há.
Infraestrutura elétrica	Não há.
Infraestrutura tecnológica	Não há.
Adequação de espaço físico	Não há.
Fornecimento de materiais	Não há.

Alteração na estrutura organizacional	Não há.
Segurança da informação	Não há.
Recursos financeiros	Deverão ser providos recursos financeiros pela Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA, competindo à Coordenação Geral de Laboratórios Agropecuários a provisão dele aos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária demandantes de itens previstos em ata de registro de preço.
Segurança institucional	Não há.
Gestão documental	Não há.
Gestão de riscos	Não há.
Treinamento de colaboradores	Não há.
Obtenção de permissões institucionais	Deverá haver autorização das áreas competentes do MAPA, de modo que o processo SEI deverá ser encaminhado àquelas áreas.
Outra (especificar)	Não há.

25. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos princípios a observar na aplicação da Lei 14.133/2021 e um dos objetivos do processo licitatório, compete explicitarem-se os possíveis impactos ambientais de todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, bem como as medidas que podem ser tomadas para minimizá-los por parte do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do MAPA gestor da compra unificada de que trata o presente ETP:

Quadro: impactos ambientais		
N ° d o item	Inerência	Mitigação
		<p>Manutenção das ações ora implementadas:</p> <p>Contrato de coleta de resíduos do serviço de saúde;</p>

01	Geração de resíduos sólidos	Desinfecção prévia de caixas de poliestireno expandido (isopor) e de gelos recicláveis e separação para coleta três vezes por semana de resíduos pela Prefeitura de Pedro Leopoldo para disposição final em aterro sanitário; Disponibilização de caixas de papelão e de isopor da unidade StREC a uma ONG de Pedro Leopoldo.,
02	Geração de resíduos líquidos que possam poluir solo e água	O Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do MAPA gestor da compra unificada deverá continuar a manter a lagoa de recepção de rejeitos líquidos.
03	Tratamento de embalagens	Conforme explicitado em “Mitigação” da linha “Geração de resíduos sólidos”.
04	Racionalização do consumo de água	Não há política e procedimentos implementados no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do MAPA gestor da compra unificada.
05	Racionalização da demanda de energia	O Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do MAPA gestor da compra unificada deverá manter ativo o projeto de produção de energia fotovoltaica pela usina já implementada.
06	Redução na pressão e racionalização do uso de recursos naturais	O Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do MAPA gestor da compra unificada deverá manter ativo o projeto de produção de energia fotovoltaica pela usina já implementada.
07	Origem ambientalmente regular dos recursos naturais	Não há esta demanda no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do MAPA gestor da compra unificada.
08	Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento	O Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do MAPA gestor da compra unificada emprega mourões de eucalipto tratado em cercas, que já é um produto de reflorestamento.
09	Procedimento licitatório gerido sob critérios de sustentabilidade	Manter sempre atualizados os critérios de sustentabilidade nos procedimentos licitatórios.
10	Recuperação de áreas degradadas	Não há esta demanda no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do MAPA gestor da compra unificada.
11	Educação ambiental	Não há procedimento atualmente de implementação ou fomento de educação ambiental no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do MAPA gestor da compra unificada.
12	Reciclagem	Conforme explicitado em “Mitigação” da linha “Geração de resíduos sólidos” para caixas de papelão e de isopor do SEREK.
Na contratação de que trata o presente ETP aplicam-se diretamente o(s) item(ns) 09.		

26. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

26.1. Justificativa da Viabilidade

Após análise minuciosa dos elementos apresentados no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, o serviço Técnico Laboratorial posiciona-se favoravelmente quanto à viabilidade e razoabilidade da contratação pleiteada considerando as necessidades explicitadas.

A necessidade da contratação, conforme evidenciado pela análise da demanda das Unidades Laboratoriais dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária do MAPA, está alinhada ao interesse público relacionado à segurança alimentar da população brasileira, à vigilância quanto à entrada de doenças de animais capazes de impor prejuízos ao agronegócio, e consequentemente, à entrada de divisas resultantes de exportações, e vigilância epidemiológica e controle de doenças já existentes nos rebanhos nacionais, assim como contribuir para o controle de zoonoses, conforme previsto no inciso I do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A solução encontrada para o alcance da contratação pleiteada e consequentemente do atendimento da necessidade demonstrou ser a mais adequada, após um levantamento de mercado detalhado e análise comparativa das opções disponíveis, atendendo aos critérios de economicidade e eficiência, conforme orienta o caput do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. A estimativa de valor foi definida, garantindo, assim, a obtenção do preço considerando a vantajosidade necessária. Este pleito de contratação se alinha ao planejamento estratégico do MAPA e ao planejamento de compras governamentais, contribuindo diretamente para o desenvolvimento sustentável e a eficiência na gestão pública, conforme princípios estabelecidos no art. 5º e no objetivo expresso no inciso IV do art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Considerando os potenciais impactos ambientais da contratação, foram estabelecidas medidas mitigadoras alinhadas ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, atendendo ao disposto no XII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, as quais promovem a responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade. Conclui-se, portanto, que a contratação proposta atende aos princípios da Lei nº 14.133/2021, e se encontra tecnicamente justificada, economicamente vantajosa e alinhada às necessidades e às políticas públicas do MAPA. Essa posição favorável fundamenta-se, pois, na adequada combinação de eficiência administrativa, resposta eficaz às demandas sociais e promoção do desenvolvimento sustentável.

27. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Declaro estar ciente do conteúdo deste ETP e encaminho-o à Coordenação do LFDA-MG, que é o LFDA Gestor da compra unificada de vidrarias e porcelanas em 2025.

EDUARDO GONCALVES ESTEVES

Chefia da Divisão Técnica Laboratorial do LFDA-MG

Despacho: Declaro estar ciente do conteúdo deste ETP e encaminho-o à Coordenação do LFDA-MG, que é o LFDA Gestor da compra unificada de vidrarias e porcelanas em 2025.

LILIAN CRISTINA DA SILVA MAGALHAES COSTA

Chefia da Divisão Técnica Laboratorial do LFDA-PA



Assinou eletronicamente em 12/01/2026 às 08:32:08.

Despacho: Declaro estar ciente do conteúdo deste ETP e encaminho-o à Coordenação do LFDA-MG, que é o LFDA Gestor da compra unificada de vidrarias e porcelanas em 2025.

VALTER FERREIRA FELIX BUENO

Chefia da Divisão Técnica Laboratorial do LFDA-GO



Assinou eletronicamente em 02/01/2026 às 13:46:14.

Despacho: Declaro estar ciente do conteúdo deste ETP e encaminho-o à Coordenação do LFDA-MG, que é o LFDA Gestor da compra unificada de vidrarias e porcelanas em 2025.

ALINE TORRES VENTURINI

Chefia da Divisão Técnica Laboratorial do LFDA-RS



Assinou eletronicamente em 31/12/2025 às 13:15:14.

Despacho: Declaro estar ciente do conteúdo deste ETP e encaminho-o à Coordenação do LFDA-MG, que é o LFDA Gestor da compra unificada de vidrarias e porcelanas em 2025.

AERLEM CYNNARA SILVA VIEIRA

Chefia da Divisão Técnica Laboratorial do LFDA-PE



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 11:33:44.

Despacho: Declaro estar ciente do conteúdo deste ETP e encaminho-o à Coordenação do LFDA-MG, que é o LFDA Gestor da compra unificada de vidrarias e porcelanas em 2025.

MARINA CARAVATTO BARAS

Chefia Substituta da Divisão Técnica Laboratorial do LFDA-SP



Assinou eletronicamente em 02/01/2026 às 13:51:48.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO - COMPRA

CONTRATO Nº. XXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 90108/2026 (nº interno 01/2026)

PROCESSO Nº 21181.001422/2025-58

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/..... QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO (A) E
.....

A União, por intermédio do **LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA – LFDA/MG**, do Ministério da Agricultura e Pecuária, inscrito no CNPJ sob nº 00.396.895/0062-47, com sede na Av. Rômulo Joviano, s/nº. no Bairro Olaria de Pedro Leopoldo/MG, CEP 33.250-220, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pela **Senhora Flávia dos Santos Coelho, coordenadora, nomeada pela Portaria nº 1.088 publicada no DOU 16/08/2024**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 562, de 11/04/2018, publicada em 12/04/2018 e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 21181.001422/2025-58 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP 90108/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **aquisição de "Vidrarias e Porcelanas", vinculada às compras unificadas da Rede LFDA**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Objeto da contratação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
4						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

2. CLAUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 240 (duzentos e quarenta) dias contados do(a) a partir da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo

CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.17. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.2.2. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.3. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 130058;

II) Fonte de recursos: 1000000000

III) Programa de trabalho: 229434;

IV) Elemento de despesa: 33.90.30;

V) Plano interno: FUNLABB

VI) Nota de empenho: XXXXX

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG, Seção Judiciária de Belo Horizonte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA KALLINE DE ARRUDA SANTOS FONSECA**, **Chefe de Serviço**, em 15/04/2026, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,

informando o código verificador **51639257** e o código CRC **F36706A9**.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES

ANEXOS III AO VII

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 90108/2026

PROCESSO Nº. 21181.001422/2025-58

VALIDADE: 12 (doze) meses

ATA Nº. XX/2026

A União, por intermédio do **LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA–LFDA/MG**, do Ministério da Agricultura e Pecuária inscrito no CNPJ sob nº 00.396.895/0062-47, com sede na Av. Rômulo Joviano, s/nº. Olaria de Pedro Leopoldo/MG, CEP 33.250-220, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pela **Senhora Flávia dos Santos Coelho, coordenadora, nomeada pela Portaria nº 1.088 publicada no DOU 16/08/2024**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 562, de 11/04/2018, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90108/2026**, publicada no DOU de/...../20..., processo administrativo nº 21181.001422/2025-58, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de "Vidrarías e Porcelanas"**, vinculada às **compras unificadas da Rede LFDA**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão nº 90108/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Valor unit.	Valor total

2.2. A listagem do cadastro reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Minas Gerais - LFDA/MG.
- 3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
- 3.2.1. Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio Grande do Sul - LFDA/RS;
 - 3.2.2. Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará - LFDA/PA;
 - 3.2.3. Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo - LFDA/SP;
 - 3.2.4. Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Pernambuco - LFDA/PE;
 - 3.2.5. Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás - LFDA/GO;

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita

ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas

condições estabelecidos no *edital* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO IV - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Modelo (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

--

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO V - REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato constante deste Anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo VI).

2. VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a

Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
 - 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Por meio deste instrumento,(identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão nº 90108/2026**, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

NOME (REPRESENTANTE LEGAL)

ANEXO VII - DECLARAÇÃO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E/OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS (CTF/APP) – IBAMA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, DECLARA, para fins deste Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, conforme determinam as Leis Federais de nºs 8.212/1991, 12.546/2011, 12.844/2013 e 13.161/2015, que:

() Os itens nºs _____, ofertados neste certame, **NÃO** possuem **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA**, acompanhados do respectivo Certificado de Regularidade, por não se enquadrarem nas atividades passíveis de controle ambiental, conforme Anexo I da **INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 13, DE 23 DE AGOSTO DE 2021**.

() Para os itens nºs _____, ofertados neste certame, **é OBRIGATÓRIO** a apresentação do Certificado de Regularidade no **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, DOS FABRICANTES e/ou DISTRIBUIDORES e/ou IMPORTADORES DO PRODUTO**, por se enquadrarem nas atividades passíveis de controle ambiental, conforme Anexo I da **INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 13, DE 23 DE AGOSTO DE 2021**, independentemente de serem (ou não) fabricados no Brasil.

Declaro que estou encaminhando, juntamente com a documentação de habilitação, os certificados de **CADA item por mim ofertado**.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

NOME (REPRESENTANTE LEGAL)



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA KALLINE DE ARRUDA SANTOS FONSECA**, **Chefe de Serviço**, em 12/02/2026, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50124114** e o código CRC **49AAEFA1**.
